



RELATÓRIO E CONTAS DE GERÊNCIA 2018



**SANTA CASA DA
MISERICÓRDIA
DE AVEIRO**

Assembleia Geral
Ordinária
convocada de
acordo com a
alínea b), art.º 22º
do Compromisso
da Irmandade da
Santa Casa da
Misericórdia de
Aveiro

28 Março
2019



INTRODUÇÃO	5
1. CONTEXTUALIZAÇÃO	6
2. EDIFÍCIO SEDE	10
3. COMPLEXO SOCIAL DA MOITA	12
4. CENTRO DE EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA CASA DA CRUZ	16
5. CENTRO INFANTIL DE AVEIRO	17
6. CONTAS DO PERÍODO	18
6.1. Análise Comparativa das Receitas da Instituição	18
6.1.1. Vendas e Prestações de Serviços	18
6.1.2. Subsídios, doações e legados à exploração	19
6.1.3. Doações e Heranças	21
6.1.4. Outros Rendimentos	21
6.2. Análise Comparativa dos Gastos da Instituição	22
6.2.1. Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	22
6.2.2. Fornecimentos e Serviços Externos	22
6.2.3. Gastos com o Pessoal	23
BALANÇO	24
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA	25
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS	26
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	28
ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	29
VOTO DE PESAR	58
AGRADECIMENTOS	58
DELIBERAÇÃO DA MESA ADMINISTRATIVA	59

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

PARECER DO CONSELHO FISCAL

INTRODUÇÃO

Vem a Mesa Administrativa submeter à Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, para discussão e votação, o Relatório de Atividades e Contas relativas ao ano 2018. Foi a Assembleia convocada nos termos do disposto da alínea b) do nº 2 do art.º 22º do Compromisso da Irmandade desta Santa Casa da Misericórdia de Aveiro.

Esta Irmandade, com mais de quinhentos anos, apresenta-se à comunidade com uma missão indelegável e com um espírito determinado a manter perdurável a sua ação.

Procuramos estar na primeira linha da disponibilidade quando se trata de apoiar aqueles que mais necessitam. Na verdade, estivemos sempre prontos a aceitar desafios e convites em benefício da comunidade, lembrando aqui que fomos dos primeiros a acolher a adesão ao Programa de Emergência Alimentar, aos Protocolos de Rendimento Social de Inserção, ao Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas e a um trabalho, de alguns meses, de sensibilização e informação quando do início do Complemento Solidário para Idosos em Portugal.

Procuramos, também, manter-nos firmes nos propósitos. Na verdade, durante os últimos anos, onde se vivenciou uma elevada crise, evitámos uma tendência de desinvestimento que, a implementarmos, só teria impacto financeiro se o fizéssemos com os recursos humanos, com inequívoco prejuízo na qualidade dos serviços. Mantivemos as estruturas de recursos humanos nas áreas da infância e outras respostas à comunidade, tendo procurado focar ainda mais a nossa atenção nos apoios de saúde à população mais idosa, especializando serviços, no caso da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), alargando a oferta, no caso dos Serviços de Apoio Domiciliário (SAD) e diversificando os serviços, no caso do Centro de Dia.

No entanto, o teste tem sido rigoroso. Exige empenho, vigilância, avaliação de riscos e decisões criteriosas, que expuseram algumas debilidades desta Irmandade, mas também proporcionaram maior visibilidade das suas competências.

O até agora exposto, pretende enquadrar a postura adotada por esta Irmandade e explicar os resultados alcançados nas atividades e contas. As primeiras foram em grande parte cumpridas e mesmo aquelas não concretizadas, foram sinalizadas e identificados os potenciais impedimentos no Relatório e Contas previsional para 2018. As segundas apresentam-se em linha com o previsto em Conta de Exploração Previsional apresentada em Assembleia-Geral na data de 30 de novembro de 2017.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

O compromisso assumido perante esta Assembleia, foi conciliar a necessidade de manter as áreas operacionais com índices de défice controlados e a tarefa de manter a iniciativa reformadora da Misericórdia.

Cremos, também, que cumprimos com as orientações gerais de qualidade dos serviços, profissionalismo e rigor, abertura à comunidade, diferenciação face às congéneres e mantivemos respostas às reais necessidades sociais da comunidade.

Algumas interrogações que apresentámos para 2018, têm hoje respostas:

- O Quadro Comunitário Portugal 2020 manteve-se “afastado” do terceiro sector. O Programa Portugal Inovação Social apresenta-se com níveis de exigências de resultados materiais muito dificilmente atingíveis por projetos de intervenção social, particularmente quando estes se pretendem inovadores. Também o Programa Centro 2020, abriu aviso de concurso a apoios ao “Investimento na Área dos Equipamentos Sociais”, que alocou uma verba média por município de cerca de 235.000,00€. O valor foi manifestamente reduzido e as condições de acesso e as elegibilidades exigidas eram imensamente restritivas.

- O PROCOOP (Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais) é um programa que regula as regras para o alargamento da cooperação estabelecida entre o Instituto da Segurança Social, I.P. e as instituições particulares de solidariedade social ou legalmente equiparadas, através da celebração de novos acordos de cooperação ou do alargamento dos acordos vigentes. Considerando, entre outros, o carácter de transparência e concursal destas candidaturas, estranhamos, por exemplo, que como resposta a uma candidatura de Demonstração de Interesse na 2ª fase do PROCOOP apresentada em julho de 2017 pela Misericórdia de Aveiro para uma atualização da, baixa, comparticipação protocolada para a Casa Abrigo, se receba uma notificação em 26 de junho de 2018 que refere “... após a avaliação do pedido apresentado na fase de demonstração de interesse (DI), notifica-se V. Exa. que, por Deliberação do Conselho Diretivo do ISS, I.P. em 2018-03-29 e em conformidade com o previsto no artigo 127º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), o pedido supra identificado foi arquivado, considerando a sua não inclusão face à dotação disponível para o efeito”. Pensamos, salvo superior e tecnicamente habilitado entendimento, que o ato administrativo que está a ser efetuado carecerá, no mínimo, de a proposta de decisão vir acompanhada das razões de facto e de direito que justificam a decisão. Em 2018, voltámos a apresentar a mesma candidatura e ainda não recebemos qualquer informação. De referir, também, que apresentou a Misericórdia de Aveiro, em outubro do ano de 2017, uma candidatura ao PROCOOP, na vertente de Projetos Inovadores (Aviso n.º 1/RI/2017) para o projeto Habilitar e, até à data de hoje, não recebemos qualquer informação. O Projeto Habilitar terminou no final do 1º trimestre de 2018. Ao longo de cerca de dois anos, foram desenvolvidos vários contactos, candidaturas e propostas a diferentes entidades e programas, no sentido de, perante as evidências no terreno, qualificáveis e quantificáveis, mas também com testemunhos de valor

humano incontornáveis, o projeto pudesse beneficiar de parcerias e financiamentos complementares de modo a sustentá-lo e, no médio prazo, replicá-lo. Na Assembleia-Geral desta Santa Casa de 30 de novembro de 2017, referimos que “... existe a absoluta necessidade de termos apoios urgentes, sob pena de deixarmos de ter condições financeiras para sustentar a intervenção em 2018”. Infelizmente, concretizou-se o seu encerramento.

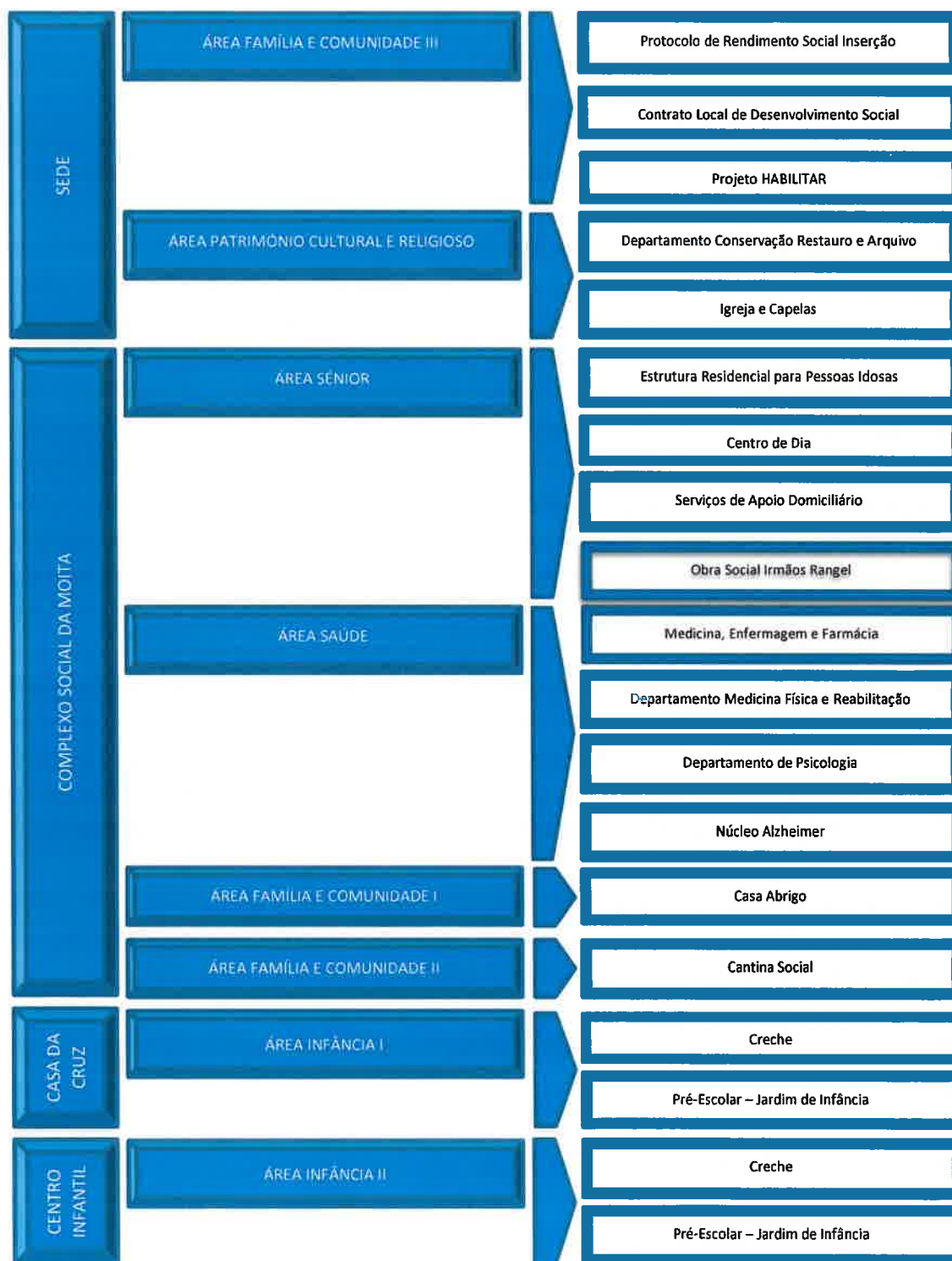
- Mantínhamos no final de 2017, algumas expectativas sobre o início do funcionamento da Obra Social Irmãos Rangel em 2018, mas uma série de constrangimentos relacionados com projetos de especialidades, licenças e acabamentos, adiaram a sua inauguração para 2018.

- A RLIS (Rede Local de Intervenção Social), instituída pelo Despacho n.º 12154/2013, de 24 de setembro, na sua criação estava uma intenção muito ambiciosa de articular e assumir a responsabilidade no desenvolvimento de toda a ação social nos territórios onde fosse criada. Desde a sua criação, ainda não houve uma avaliação da sua implementação e sentimos sobreposições de intervenções no terreno. A população tem hoje à disposição, para além da RLIS, várias equipas que, em muitos aspetos, têm a mesma função de atendimento e acompanhamento social: os acordos com a Segurança Social de SAAS (Serviços de Atendimento e Acompanhamento Social), Equipas do Rendimento Social de Inserção (RSI), mesmo que estas só destinadas aos beneficiários de RSI, Equipas dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social que se implementaram nos últimos 3 anos em grande número de municípios de Aveiro e os Gabinetes de Inserção Profissional (GIP), quer públicos (IEFP's e Câmaras Municipais) quer do terceiro setor (em IPSS's).

- As assinaturas de Protocolos de continuidade de projetos, como foram os casos em 2018 dos Protocolos de Rendimento Social de Inserção (RSI) e de Cantina Social, só foram assinados com a Segurança Social entre 2 e 5 meses após o seu término. A Misericórdia manteve, no entanto, o funcionamento pleno das equipas e dos serviços, a bem dos seus beneficiários, durante aqueles períodos de elevada incerteza e sem qualquer financiamento, o que obrigou a esforços de tesouraria significativos.

- Continua sem qualquer desenvolvimento a implementação do decreto-lei nº 138/2013 de outubro, que define as formas de articulação do Ministério da Saúde e dos estabelecimentos e serviços do Serviço Nacional de Saúde com as instituições particulares de solidariedade social. Na verdade, os utentes idosos das respostas de ERPI e Centro de Dia continuam, até de uma forma mais acentuada, a ter que beneficiar das respostas de saúde criadas nas nossas estruturas e equipamentos.

As áreas de intervenção no ano de 2018, foram as seguintes (com as condicionantes já referidas):



Os resultados económico-financeiros no ano de 2018 foram negativos em 110.059,83€. Apresentamos quadro com evolução de resultados previsionais e alcançados nos últimos anos.

Ano 2012	Resultados Previsionais	Resultados Alcançados	Variação
Resultado Líquido	- 346.180,33€	+ 130.039,34€	+ 476.219,70€
Meios Libertos Líquidos	+ 190.034,41€	+ 291.947,70€	+ 101.913,30€

Ano 2013	Resultados Previsionais	Resultados Alcançados	Variação
Resultado Líquido	+ 9.577,00€	+ 51.599,19€	+ 42.022,19€
Meios Libertos Líquidos	+ 168.368,00€	+ 234.579,30€	+ 66.211,30€

Ano 2014	Resultados Previsionais	Resultados Alcançados	Variação
Resultado Líquido	+ 64.971,49€	+ 158.651,01€	+ 93.679,52€
Meios Libertos Líquidos	+ 248.056,70€	+ 332.382,20€	+ 84.325,60€

Ano 2015	Resultados Previsionais	Resultados Alcançados	Variação
Resultado Líquido	+ 82.694,35€	+ 44.729,21€	- 37.965,14€
Meios Libertos Líquidos	+ 250.033,37€	+ 205.024,70€	- 45.008,67€

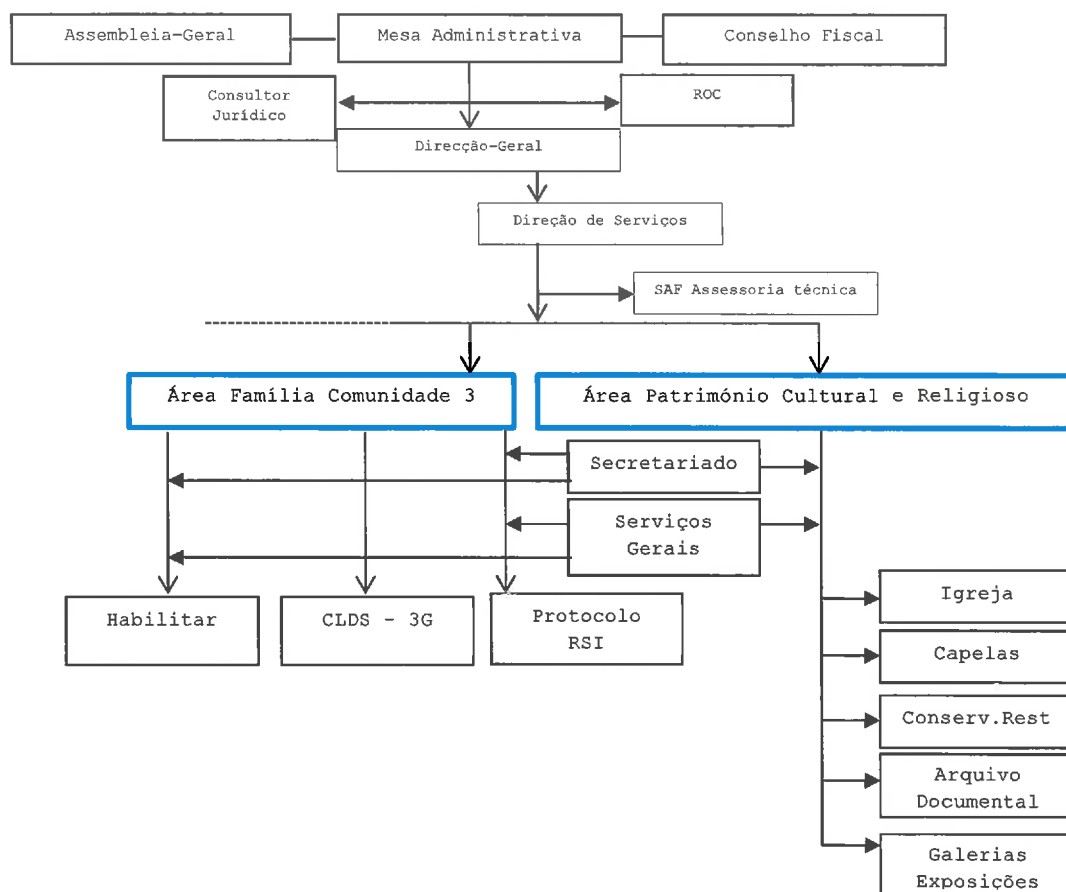
Ano 2016	Resultados Previsionais	Resultados Alcançados	Variação
Resultado Líquido	+ 14.096,70€	- 139.797,87€	- 153.894,97€
Meios Libertos Líquidos	+ 230.203,88€	+ 60.392,75€	- 169.811,13€

Ano 2017	Resultados Previsionais	Resultados Alcançados	Variação
Resultado Líquido	- 45.382,98€	- 79.114,23€	- 33.731,25€
Meios Libertos Líquidos	+ 139.309,25€	+ 190.173,23€	+ 50.863,98€

Ano 2018	Resultados Previsionais	Resultados Alcançados	Variação
Resultado Líquido	- 90.291,63€	- 110.059,83€	- 19.768,20€
Meios Libertos Líquidos	+ 125.017,61€	+ 154.915,08€	+ 29.897,98€

2. EDIFÍCIO SEDE

No conjunto edificado da Sede e Igreja, Sala do Despacho e Anexos, foram desenvolvidas a Área Família e Comunidade 3 e a Área do Património Cultural e Religioso.



Localizado nas Ruas, contíguas, de Coimbra e Combatentes da Grande Guerra assim como na Rua do Batalhão Caçadores, este conjunto edificado acolheu também muitas das tarefas da Provedoria e Mesa Administrativa, assim como é local de distribuição de refeições para alguns beneficiários da **Cantina Social** da Misericórdia do Programa de Emergência Alimentar assim como para beneficiários do Fundo Europeu de Auxílio às Pessoas Mais Carenciadas (**FEAC**).

Apesar das incertezas sobre a sua continuidade, motivadas pelos já referidos atrasos nas assinaturas das Adendas aos Protocolos, o Rendimento Social de Inserção (**RSI**), assinado entre esta Santa Casa e o Centro Distrital de Aveiro da Segurança Social, manteve a sua intervenção nas freguesias de Oliveirinha, Requeixo, Eirol, Santa Joana, União das Freguesias da Glória e Vera-

Cruz (com intervenção na área da primeira) e São Jacinto, não tendo sofrido alterações, assim como manteve a sua equipa de cinco funcionárias afetas.

O Contrato Local de Desenvolvimento Social 3ª Geração de Aveiro (**CLDS-3G**), em que a Misericórdia de Aveiro foi entidade executora, cumpriu os seus objetivos e metas e terminou no passado mês de dezembro de 2018. Decorreu por 3 anos.

O **Departamento de Conservação, Restauro e Arquivo**, manteve as suas tarefas de preservação do património com a conservação e restauro de peças, inventariação e organização da reserva museológica, organização do arquivo histórico e apoio às atividades na Igreja, e Sala do despacho. O **Arquivo** manteve também apoio administrativo geral e a sua técnica participou em ações de formação relacionadas com o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), que entrou em vigor em 25 de Maio de 2018, no sentido da Misericórdia de Aveiro vir a cumprir com aquele Regulamento.

3. COMPLEXO SOCIAL DA MOITA

O Estabelecimento Complexo Social da Moita, localizado na freguesia de Oliveirinha, está especialmente vocacionado para respostas na área da população idosa. Não se esgota, contudo, nesta população, tendo intervenções em outras áreas de Família e Comunidade como são a Casa Abrigo e a Cantina Social.

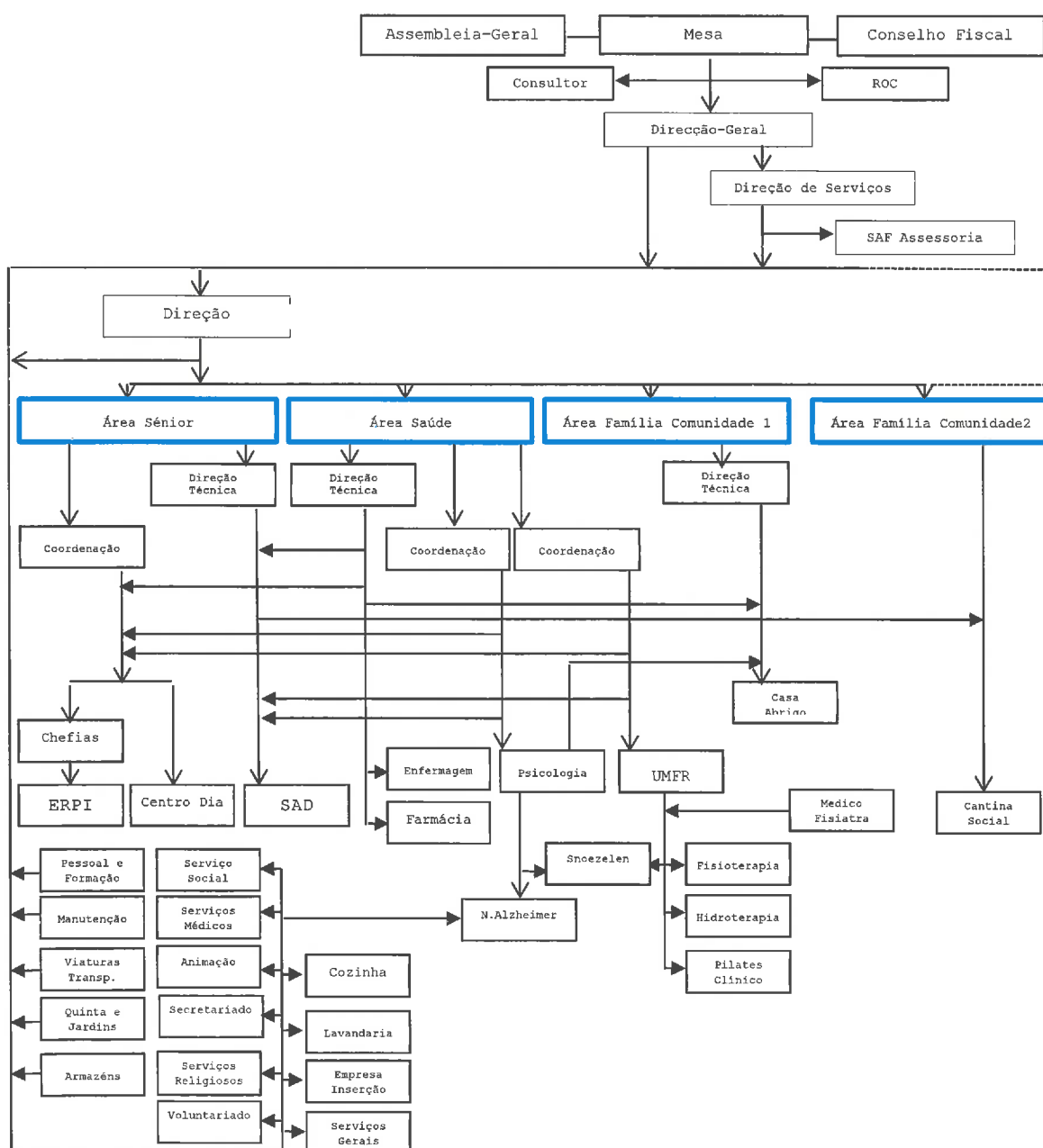
Como valência mais expressiva em termos de número de utentes, afetação de recursos humanos e materiais, número e frequência de serviços prestados, a Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), manteve ao longo de 2018 uma frequência média mensal equivalente à sua capacidade, isto é, 120 utentes.

No Complexo Social da Moita, as atividades desenvolvidas foram fortemente condicionadas pelas necessidades apresentadas pelos utentes idosos, particularmente na vertente da saúde. Um cada vez maior número de utentes com demência, com autonomias cada vez mais diminuídas e com níveis de dependência cada vez mais elevados, obrigou uma vez mais, a direcionar as tarefas para áreas intimamente relacionadas com a saúde e bem-estar.

Na verdade, têm-se vindo a acentuar os registos de diurese, hidratação e fezes, de eliminação ao utente, de posicionamentos, de medicação em SOS, de temperatura axilar, o que enriquece e aumenta todo o tipo de informação médica e de enfermagem ao nível das folhas terapêuticas, diário clínico, guias de tratamentos, fichas de registo de sinais vitais, de acidentes e de temperaturas. Tudo isto implica um atendimento cada vez mais personalizado e mais próximo, o que aumenta o número de horas de intervenção de pessoal auxiliar e de pessoal com formação na área da saúde. Promovemos, assim, uma maior aproximação entre o setor da enfermagem e as ajudantes de lar e centro de dia, com aqueles a assumirem um maior papel de coordenação.

Estas circunstâncias também se verificam ao nível do **Centro de Dia**, que com uma frequência de cerca de 32 utentes, está cada vez mais “obrigada” a corresponder com serviços que tradicionalmente esta resposta social não contempla. Considerando a reduzida comparticipação do Estado para esta valência assim como os valores reduzidos da generalidade das mensalidades, foi encetado em 2018 um trabalho de valorização da resposta, quer em termos da prestação de serviços quer em termos do seu Regulamento Interno. O Centro de Dia passou a contemplar três tipos de serviços: serviços básicos, serviços afins e acessórios e serviços complementares. Com esta iniciativa de identificar e separar os serviços, sucedeu um paradoxo: todos aqueles serviços já estavam implementados no terreno e já eram proporcionados, mas a partir do momento em que os utentes candidatos passaram a ter que aderir a eles por sua iniciativa/escolha, perceberam a sua importância e necessidade, pelo que se mostraram mais recetivos a pagarem mensalidades mais elevadas, valorizando-os.

Na valência de Serviços de Apoio Domiciliário (**SAD**), com uma capacidade e frequência de 50 utentes, a Misericórdia veio também a adaptar-se ao longo dos últimos anos, procurando corresponder cada vez mais às necessidades dos utentes e famílias, conjugando com as imposições legais e as disponibilidades a cada momento, os serviços de alimentação, higiene pessoal e habitacional, tratamento de roupa, teleassistência e um leque de atividades como acompanhamento médico e de enfermagem, apoio psicológico, atividades de animação e socialização, transporte, aquisição de bens e géneros, pagamento de serviços, etc. A articulação com outras valências e departamentos tem sido fundamental para assegurar estas capacidades. O maior impulso no ano de 2018 verificou-se nos serviços de teleassistência. O aumento de utentes a aderir a este serviço foi de cerca de 150%.



A Unidade de **Medicina, Enfermagem e Farmácia** do Complexo Social da Moita facultou uma resposta médica e uma resposta de enfermagem vasta e abrangente, que garantiu uma vigilância diurna e noturna, intervindo de uma forma próxima do utente. A farmácia, sob a responsabilidade de uma farmacêutica interna a tempo inteiro, garantiu que todo o circuito do medicamento fosse concretizado em condições de segurança. Em 2018, os profissionais de enfermagem passaram a estar mais próximos das ajudantes de lar e centro de dia e das auxiliares de serviços gerais, permitindo que os apoios às necessidades básicas e de saúde dos mais idosos fosse efetuado em moldes diferentes e proporcionou aos familiares, respostas técnicas ajustadas às suas questões.

Tem sido para esta Santa Casa a problemática da demência, particularmente a demência de Alzheimer, uma preocupação constante nos últimos anos. Esta sensibilidade advém do facto de existir uma elevada percentagem de utentes com aquela patologia e de esta estar cada vez mais disseminada junto da população idosa que não frequenta estabelecimentos sociais. O **Departamento de Psicologia**, para além da sua intervenção junto dos utentes que frequentam as valências de ERPI, Centro de Dia e Casa Abrigo, tem desenvolvido um trabalho articulado com outros sectores e departamentos da Misericórdia, de modo a proporcionar uma intervenção articulada e multidisciplinar junto da população com Alzheimer e seus familiares, contribuindo também para o funcionamento do **Núcleo de Aveiro Alzheimer**. Este, sediado na Misericórdia e organizado por esta, e articulando o serviço social, de psicologia, de medicina física e reabilitação, animação, psicomotricidade e enfermagem, foi possível manter uma importante dinâmica de intervenção no ano de 2018 junto da população com demência e seus cuidadores, apesar das dificuldades de afetação de recursos, quer humanos quer financeiros.

Ainda na Área da Saúde, o **Departamento de Medicina Física e Reabilitação** desenvolveu a sua intervenção ao nível da Fisioterapia e da Hidroterapia, para além da estimulação sensorial e outras atividades coletivas desenvolvidas no Complexo Social da Moita. Particularmente ao nível da Hidroterapia, manteve-se um elevado o número de classes e participantes, que beneficiam das instalações renovadas em 2016 e 2017. O serviço de fisioterapia em ginásio, manteve no ano de 2018, dificuldades na sua viabilização económica.

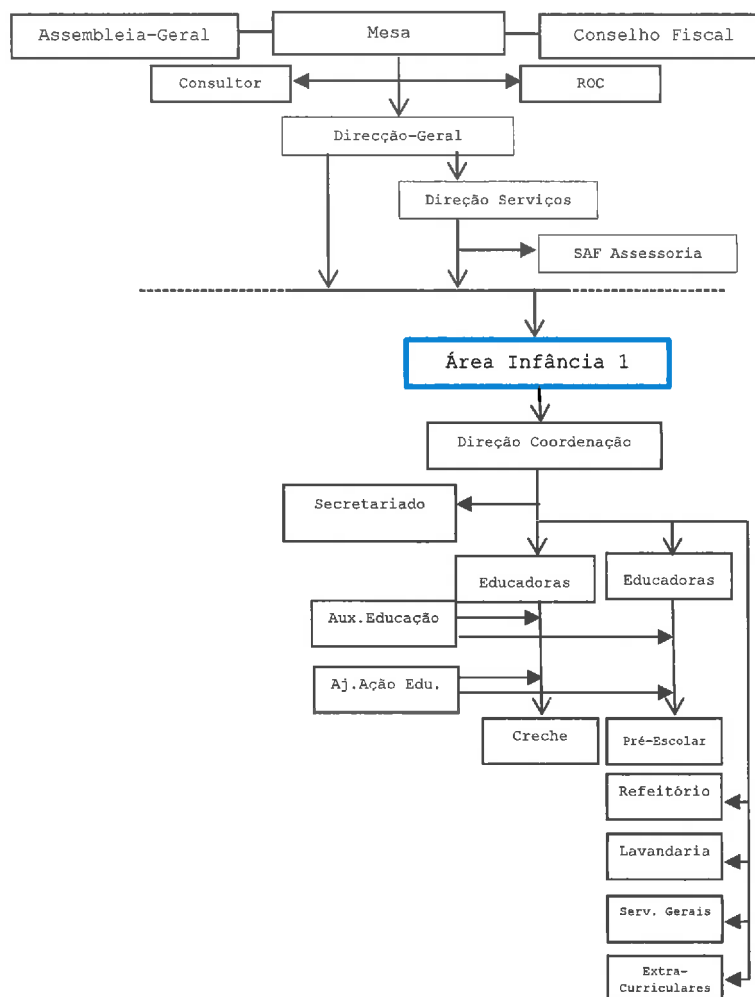
A **Casa Abrigo**, resposta social destinada ao acolhimento de mulheres vítimas de violência doméstica e seus filhos menores, continuou o objetivo fundamental de intervenção social na problemática das famílias acolhidas, com vista à construção de um projeto de vida favorável à reinserção social, autónoma e independente. Desde o ano de 2013 que, com base numa Carta de Compromisso assinada entre a Misericórdia de Aveiro e o Gabinete da Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade, a valência da Casa Abrigo acolhe também mulheres e filhos menores vítimas de violência doméstica em situação de emergência, tendo-se naquele ano criado 5 vagas de emergência, que vieram somar às 15 vagas de acolhimentos mais prolongados. Manteve no ano de 2018 esta Santa Casa o apoio em creche e pré-escolar a todas as crianças que frequentaram a Casa Abrigo.

Na Área Família e Comunidade 2, que integra o serviço **Cantina Social** da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, verificaram-se novas alterações no ano de 2018, para além daquelas que já se tinham verificado no ano de 2017. Na verdade e com base na contratualização entre o Instituto da Segurança Social e a Misericórdia de Aveiro, terminámos o ano de 2017 a servir 49 refeições diárias e o ano de 2018 a servir 30 refeições diárias. Para 2019, manter-se-á este número diário até 31 de março, passando a ser de 29 refeições diárias de abril a dezembro.

Estas reduções substanciais de refeições servidas no 2º semestre, que foram impostas pelo Instituto da Segurança Social, tiveram como fundamento uma ótica de complementaridade com o **POAPMC** (Programa Operacional de Auxílio às Pessoas Mais Carenciadas), no qual a Misericórdia de Aveiro é entidade mediadora e que se iniciou em outubro de 2017. Este programa está centralizado na Sede da Misericórdia e tem a sua implementação entregue às colaboradoras daquele estabelecimento, particularmente as afetas ao Protocolo de Rendimento Social de Inserção. Este apoio alimentar abrange cerca de 50 pessoas.

4. CENTRO DE EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA CASA DA CRUZ

Localizado na freguesia de Esgueira, o **Centro de Educação de Infância Casa da Cruz** manteve a estrutura que comporta as respostas de creche e pré-escolar.



A Casa da Cruz suporta as suas intervenções junto das crianças com base num Plano Sócio Pedagógico de **creche** e num Plano Anual de Atividades de **pré-escolar**.

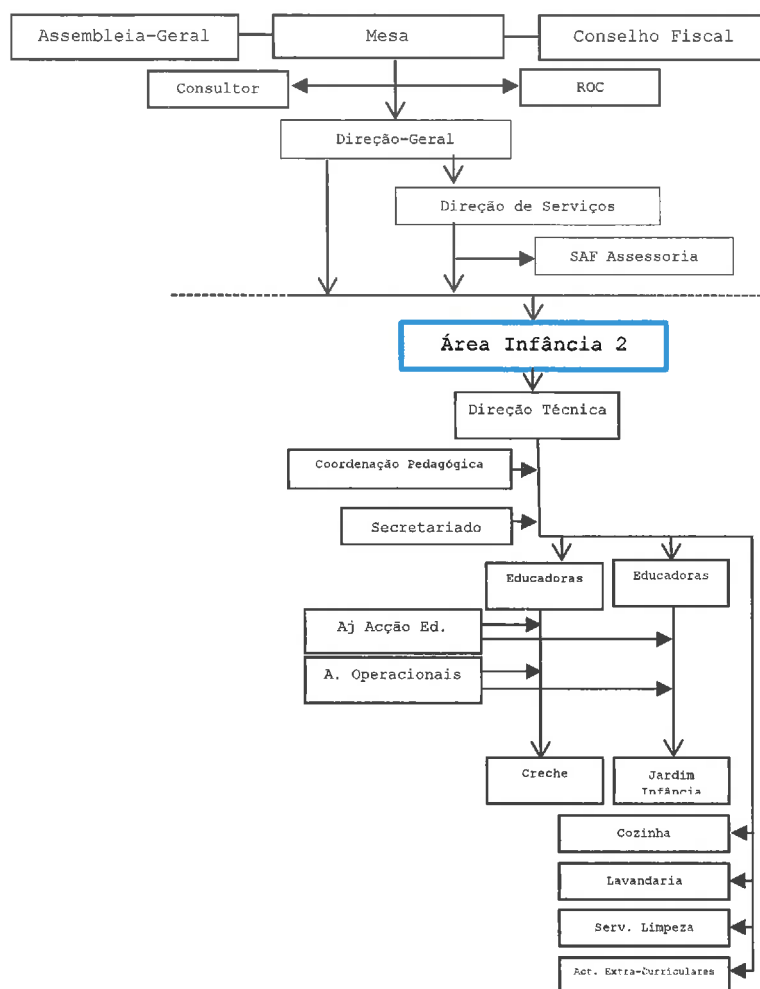
No ano de 2018 mantiveram-se dinâmicas de apoio à família e intervenções pedagógicas devidamente programadas e estruturadas. A direção do estabelecimento e a equipa afeta têm, pelo seu empenho, mantido uma frequência elevada de crianças, o que é uma manifestação de satisfação por parte dos pais/encarregados de educação.

Na Casa da Cruz, em dezembro de 2018, frequentavam a creche 51 crianças e o pré-escolar 53 crianças.

5. CENTRO INFANTIL DE AVEIRO

O Centro Infantil de Aveiro, localizado na União de Freguesias da Glória e Vera Cruz, está integrado na Misericórdia de Aveiro desde setembro de 2012.

A estrutura do Centro Infantil de Aveiro era, em dezembro de 2018, a seguinte:



O Centro Infantil de Aveiro apresentava a 31 de dezembro de 2018 uma frequência em creche de 50 crianças e em **pré-escolar** de 70 crianças.

6. CONTAS DO PERÍODO

6.1. Análise Comparativa das Receitas da Instituição

6.1.1. Vendas e Prestações de Serviços

As Vendas e as Prestações de Serviços, em 31 de Dezembro de 2018, ascenderam a 1.751.676,33 euros, tendo registado um aumento de 38.593,08 euros face ao mesmo período de 2017, o que em termos percentuais significa um aumento de 2,25%.

As principais variações ocorreram nas seguintes rubricas:

Vendas e Prestações de Serviços

Designação	31/12/2018	31/12/2017	Variação	%
Vendas	36 317,60	39 541,00	-3 223,40	-8,15%
Materiais de Consumo	36 317,60	39 541,00	-3 223,40	-8,15%
Prestações de serviços	1 715 358,73	1 673 542,25	41 816,48	2,50%
Comparticipações de Utentes e Familiares	1 485 365,99	1 473 236,49	12 129,50	0,82%
Terceira Idade	1 174 503,47	1 139 007,65	35 495,82	3,12%
Infância e Juventude	305 938,77	312 896,44	-6 957,67	-2,22%
Família e Comunidade	4 923,75	21 332,40	-16 408,65	-76,92%
Quotizações e jóias	31 825,48	16 728,86	15 096,62	90,24%
Quotizações de Irmãos	31 825,48	16 728,86	15 096,62	90,24%
Serviços secundários	198 167,26	183 576,90	14 590,36	7,95%
Igreja e Capelas Mortuárias	4 880,00	6 170,00	-1 290,00	-20,91%
Serviços Complementares - Infância e Juventude	9 027,00	10 333,42	-1 306,42	-12,64%
Serviços Complementares - Terceira Idade	7 062,14	1 312,50	5 749,64	438,07%
Serviços Unidade de Medicina Física e Reabilitação	172 040,45	153 317,55	18 722,90	12,21%
Serviços Empresa de Inserção	0,00	6 227,43	-6 227,43	-100,00%
Serviços da Quinta Ecológica da Moita	1 090,67	335,00	755,67	225,57%
Outros	4 067,00	5 881,00	-1 814,00	-30,85%
	1 751 676,33	1 713 083,25	38 593,08	2,25%

Embora a rubrica *Comparticipação de Utentes e Familiares* apresente somente um aumento modesto de 12.129,50 euros, 0,82% de crescimento em relação ao ano anterior, importa referir que se verifica um crescimento significativo na *Terceira idade* de 35.495,82 euros, 3,12% em relação a 2017.

As reduções verificadas na área de *Infância e juventude*, devem-se fundamentalmente ao Centro Infantil de Aveiro, que tem acolhido regularmente casos sociais, sem pagamento de comparticipação familiar.

A área *Família e comunidade*, onde se verifica uma redução muito significativa, no total de 16.408,65 euros, reflete a evolução de duas atividades, uma que a Santa Casa se viu lamentavelmente obrigada a cessar por falta de apoios públicos e que contribui no presente ano em 17.374,21 euros para o resultado negativo da instituição, que é o caso do HABILITAR e outra que sofreu uma grande redução do apoio da Segurança Social, o Programa de Emergência Alimentar, onde já foram apoiadas 100 refeições diárias e neste momento são apenas 30.

Nos *Serviços secundário* existem algumas diminuições das quais a mais relevante diz respeito à extinção da Empresa de Inserção, no total de 6.227,43 euros, esta diminuição de rendimentos está proporcionalmente refletida na redução gastos dos *Fornecimentos e Serviços Externos – Limpeza, Higiene e Conforto* no montante de 5.337,81 euros.

A Empresa de Inserção atingiu o fim já anunciado em 2015 com a revogação da portaria que regulamentava esta medida pelo Decreto-lei n.º 13/2015, de 26 de janeiro, sendo os valores de 2017 já residuais.

Dos aumentos nesta rubrica devemos destacar a Unidade de Medicina Física e Reabilitação que à semelhança do exercício anterior, onde se verificou uma variação positiva de 19,317 euros, cerca de 14,42 %, também se registou neste um aumento de 12,21 % ao qual corresponde um valor de 18.722,90 euros. Este aumento fica fundamentalmente a dever-se ao incremento nos serviços de fisioterapia. Continua a ser importante manter o esforço nesta unidade pois, apesar de toda esta evolução positiva, o resultado do centro de custos ainda é negativo, pelo que tem que se continuar a caminhar no sentido de atingir o ponto de equilíbrio e a necessária sustentabilidade.

Devemos referir ainda que nos *Serviços secundário – Terceira idade*, se encontram refletidas alterações introduzidas pelo Regulamento Interno de Centro de Dia, onde são apresentados novos serviços complementares e que, embora ainda num período curto de implementação, já representam cerca de 4.000,00 euros na prestação de serviços.

6.1.2. Subsídios, doações e legados à exploração

Os subsídios, doações e legados à exploração diminuíram 5.302,41 euros face ao mesmo período de 2017, o que em termos percentuais significa uma diminuição de 0,30%, conforme se pode verificar no quadro que se segue:

Subsídios, doações e legados à exploração

Designação	31/12/2018	31/12/2017	Variação	%
Subsídios do Estado e outros entes públicos	1 759 218,32	1 764 520,73	-5 302,41	-0,30%
Instituto Segurança Social	1 664 876,97	1 632 384,22	32 492,75	1,99%
Terceira Idade	854 827,35	824 139,56	30 687,79	3,72%
Infância e Juventude	593 753,48	551 262,18	42 491,30	7,71%
Família e Comunidade	179 378,64	176 727,48	2 651,16	1,50%
Programa de Emergência Alimentar	36 917,50	80 255,00	-43 337,50	-54,00%
I.E.F.P. - Instituto do Emprego e Formação Profissional	35 045,10	54 486,48	-19 441,38	-35,68%
Empresa de Inserção	1 000,68	2 318,19	-1 317,51	-56,83%
Estágios Profissionais / Passaporte Emprego	34 044,42	52 168,29	-18 123,87	-34,74%
CIg - Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade	31 200,00	33 600,00	-2 400,00	-7,14%
Família e Comunidade	31 200,00	33 600,00	-2 400,00	-7,14%
POISE - Progr.Op. INCLUSÃO SOCIAL e EMPREGO	26 245,95	39 050,03	-12 804,08	-32,79%
Contribuições FSE	22 309,06	31 519,71	-9 210,65	-29,22%
Orçamento Segurança Social	3 936,89	7 530,32	-3 593,43	-47,72%
Câmara Municipal de Aveiro	0,00	5 000,00	-5 000,00	-100,00%
Apoio à Atividade Regular no Domínio da Ação Social	0,00	5 000,00	-5 000,00	-100,00%
Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas	1 850,30	0,00	1 850,30	
POAPMC	1 850,30	0,00	1 850,30	
	1 759 218,32	1 764 520,73	-5 302,41	-0,30%

Podemos considerar os subsídios recebidos pela instituição divididos em 3 grandes grupos, os que estão diretamente ligados à atividade principal, acordos de cooperação, típicos e atípicos e protocolos, os apoios ao emprego, nomeadamente os estágios profissionais e projetos temporais. Neste últimos enquadra-se o POISE – CLDS que encerrou neste ano e que reflete uma diminuição nos apoios de 12.804,08, cerca de 32,79%.

Também o apoio do Município de Aveiro este ano não foi direcionado à atividade corrente, mas sim para o Investimento, tendo sido recebido 30.000,00 da Edilidade que estão contabilizados na conta de capital.

Os apoios do IEFP estão diretamente relacionados com os estágios profissionais que têm vindo a diminuir, não por falta de iniciativa de apresentação e aprovação de candidaturas, por parte da instituição, mas por falta de formandos.

No que diz respeito à atividade social e contratualizada em acordos de cooperação o Estado tem vindo a manter uma política de aumentos, embora muito modestos e insuficientes em relação as necessidades e exigências, somente no que diz respeito ao Programa de Emergência Alimentar é que a tendência tem vindo a ser de desinvestimento, de um apoio de 100 refeições diárias passamos para um apoio de apenas 29 e com tendência para reduzir. Esta diminuição representa uma redução de 43.337,50 euros nos apoios.

6.1.3. Doações e Heranças

Os valores registados na rubrica *Doações e heranças* são apresentados no quadro abaixo:

Doações e Heranças

Designação	31/12/2018	31/12/2017	Variação	%
Doações e Heranças	5 289,03	67 243,39	-61 954,36	-92,13%
Donativos	5 289,03	67 243,39	-61 954,36	-92,13%
Dinheiro	5 060,00	66 932,45	-61 872,45	-92,44%
Espécie	229,03	310,94	-81,91	-26,34%
	5 289,03	67 243,39	-61 954,36	-92,13%

A variação mais significativa diz respeito aos donativos em dinheiro.

No ano de 2017 foi recebida uma menção honrosa do Prémio BPI – CAPACITAR no valor de 50.000,00 euros contabilizado em *Donativos em dinheiro* que justifica a variação.

6.1.4. Outros Rendimentos

Os outros rendimentos e ganhos ascenderam, em 31 de Dezembro de 2018, a 266.445,62 euros tendo registado um aumento de 8.841,80 euros face ao mesmo período de 2017. As principais variações ocorreram nas seguintes rubricas:

Outros Rendimentos e Ganhos

Designação	31/12/2018	31/12/2017	Variação	%
Serviços Sociais	30 366,84	29 705,20	661,64	2,23%
Cedência de Espaços	2 281,80	50,00	2 231,80	4463,60%
Descontos de p.p. obtidos	1 395,24	1 324,48	70,76	5,34%
Rendimentos em Propriedades de Investimentos	154 000,75	176 020,63	-22 019,88	-12,51%
Imputação de subsídios para investimento	42 523,21	43 639,81	-1 116,60	-2,56%
Esmolas, Ofertórios e Coimas	2 863,07	4 129,16	-1 266,09	-30,66%
Consignação fiscal	3 487,57	2 712,89	774,68	28,56%
Outros não especificados	2 413,38	0,00	2 413,38	
	266 445,62	257 603,82	8 841,80	3,43%

A variação particularmente expressiva nesta rubrica é dos “Rendimentos em Propriedades de Investimento”, que sofre uma redução de 22.019,88 euros justificada pelas alienações de imóveis efetuadas no exercício anterior que geraram em 2017 uma mais-valia de 46.204 euros.

De notar que a redução verificada é inferior a 50% do valor das mais-valias, facto que se fica a dever ao aumento das rendimentos em rendas.

6.2. Análise Comparativa dos Gastos da Instituição

6.2.1. Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

Esta rubrica regista o consumo de produtos alimentares e outros artigos de consumo corrente, nomeadamente, medicamentos e artigos de saúde e fraldões.

Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

Designação	31/12/2018	31/12/2017	Variação	%
Mercadorias	23 427,59	21 433,06	1 994,53	9,31%
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	286 650,59	303 569,01	-16 918,42	-5,57%
Ativos Biológicos	79,50	43,43	36,07	83,05%
Materiais de consumo	34 989,90	23 737,98	11 251,92	47,40%
	345 147,58	348 783,48	-3 635,90	-1,04%

6.2.2. Fornecimentos e Serviços Externos

Os fornecimentos e serviços externos diminuíram 18.504,21 euros face ao mesmo período de 2017, o que em termos percentuais significa uma diminuição de 2,61%.

Fornecimento e Serviços Externos

Designação	31/12/2018	31/12/2017	Variação	%
Serviços especializados	405 091,07	405 630,99	-539,92	-0,13%
Trabalhos especializados	129 673,82	145 150,94	-15 477,12	-10,66%
Publicidade e propaganda	800,31	259,62	540,69	208,26%
Vigilância e segurança	81 032,40	77 882,70	3 149,70	4,04%
Honorários	143 716,34	122 279,09	21 437,25	17,53%
Comissões	0,00	6 150,00	-6 150,00	-100,00%
Conservação e reparação	38 317,25	38 720,04	-402,79	-1,04%
Gestão e Despesas de Condomínio	4 192,17	7 964,37	-3 772,20	-47,36%
Outros	7 358,78	7 224,23	134,55	1,86%
Materiais	27 845,81	39 000,62	-11 154,81	-28,60%
Energia e fluidos	166 744,67	168 426,56	-1 681,89	-1,00%
Deslocações, estadas e transportes	3 201,82	2 462,18	739,64	30,04%
Serviços diversos	87 979,58	93 846,81	-5 867,23	-6,25%
	690 862,95	709 367,16	-18 504,21	-2,61%

Nesta rubrica foi possível, apesar dos constrangimentos encontrados, manter algum equilíbrio havendo variações positivas e negativas, algumas delas com relação direta entre si.

6.2.3. Gastos com o Pessoal

Os gastos com pessoal ascenderam, em 31 de Dezembro de 2018, a 2.595.088,23 euros, tendo-se verificado um aumento de 44.522,39 euros quando comparado com o mesmo período de 2017, o que em termos percentuais significa um aumento de 1,75%.

Podem considerar-se vários fatores para esta subida de gastos, nomeadamente, o aumento da remuneração mínima nacional e respetivos encargos associados, e a própria atividade da instituição.

Gastos com o Pessoal

Designação	31/12/2018	31/12/2017	Variação	%
Vencimentos	1 490 242,89	1 450 936,21	39 306,68	2,71%
Subsídios de Férias	132 049,16	148 004,73	-15 955,57	-10,78%
Subsídios de Natal	125 685,21	121 409,14	4 276,07	3,52%
Prémios/Subsídios Regulares e Irregulares	43 978,84	43 557,28	421,56	0,97%
Trabalho Suplementar/Isenção de Horário	67 103,19	70 097,47	-2 994,28	-4,27%
Subsídios de Alimentação	33 535,03	34 923,75	-1 388,72	-3,98%
Gastos com Pessoal Cedido pelo ISS, IP	104 673,96	92 689,68	11 984,28	12,93%
Outras Remunerações	53 717,20	65 019,07	-11 301,87	-17,38%
Encargos c/remunerações	424 755,21	422 587,43	2 167,78	0,51%
Seguro de acidentes de Trabalho	51 582,59	44 498,55	7 084,04	15,92%
Indemnizações por Despedimento	7 359,11	7 179,39	179,72	2,50%
Gastos de Acção Social	48 985,87	46 955,10	2 030,77	4,32%
Outros Gastos Com Pessoal	11 419,97	2 708,04	8 711,93	321,71%
	2 595 088,23	2 550 565,84	44 522,39	1,75%

BALANÇO

Santa Casa da Misericórdia de Aveiro

NIF: 500 852 073

Balção Consolidado em 31 de Dezembro de 2018

Valores apresentados em Euros €

Valores apresentados em Euros €		Período	
Rúbricas	Notas	2018	2017
Activo			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	4.4.	7 545 632,66	6 995 915,29
Bens do património histórico e cultural		0,00	0,00
Activos intangíveis	4.4.	89,98	305,76
Investimentos Financeiros	4.4.	14 309,60	9 856,02
Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
		7 560 032,24	7 006 077,07
Activo corrente			
Inventários	9.1.	4 152,70	11 077,62
Créditos a receber	8.3.	220 859,22	156 444,29
Estado e outros entes públicos	8.6.	90 884,63	55 791,22
Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros	8.7.	84 175,16	88 482,98
Diferimentos	8.5.	24 424,50	22 194,26
Outros activos correntes		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	8.1.	383 836,02	587 251,27
		808 332,23	921 241,64
Total do Activo		8 368 364,47	7 927 318,71
Fundos Patrimoniais e Passivo			
Fundos patrimoniais			
Fundos	7.	1 222 349,48	1 222 349,48
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas	7.	789 601,61	789 601,61
Resultados transitados	7.	756 391,39	835 505,62
Excedentes de revalorização	7.	1 460 833,15	1 460 833,15
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	7.	1 391 121,07	1 403 644,28
		5 620 296,70	5 711 934,14
Resultado líquido do período	7.	-110 059,83	-79 114,23
Total do fundo de capital		5 510 236,87	5 632 819,91
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	8.2	1 149 781,19	766 630,51
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		1 149 781,19	766 630,51
Passivo corrente			
Fornecedores	8.8.	145 704,90	138 169,98
Estado e outros entes públicos	8.6.	121 539,33	98 216,36
Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	8.2.	846 107,39	595 000,00
Diferimentos	8.5.	9 560,13	0,00
Outros passivos correntes	8.4.	585 434,66	696 481,95
		1 708 346,41	1 527 868,29
Total do Passivo		2 858 127,60	2 294 498,80
Total do Fundos Patrimoniais e Passivo		8 368 364,47	7 927 318,71

A Mesa Administrativa

O Contabilista Certificado

Sede:
Rua de Coimbra nº27, 3810-086 Aveiro
Tel.: 234426732 Fax: 234426278

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

Santa Casa da Misericórdia de Aveiro

NIF: 500 852 073

Demonstração Consolidada Resultados por Naturezas em 31 de Dezembro de 2018

Valores apresentados em Euros €

Rúbricas	Notas	Períodos	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	9.8.	1 751 676,33	1 713 083,25
Subsídios, doações e legados à exploração	6.	1 764 507,35	1 831 764,12
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	9.9.	28 237,75	30 953,49
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9.1.	-345 147,58	-348 783,48
Fornecimentos e serviços externos	9.2.	-690 862,95	-709 367,16
Gastos com o pessoal	9.3.	-2 595 088,23	-2 550 565,84
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9.4.	-44 516,60	-55 720,25
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	550,63
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	9.10.	266 445,62	257 603,82
Outros gastos	9.5.	-3 901,65	-3 205,32
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		131 350,04	166 313,26
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4.4.	-220 458,31	-213 567,31
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)		-89 108,27	-47 254,05
Juros e rendimentos similares obtidos	9.7.	9 864,91	497,49
Juros e gastos similares suportados	9.6.	-30 816,47	-32 357,67
Resultado antes de impostos		-110 059,83	-79 114,23
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-110 059,83	-79 114,23

A Mesa Administrativa

(Handwritten signatures of the Administrative Board members)
Patrícia Sampaio
(Handwritten signature)

O Contabilista Certificado

(Handwritten signature of the Certified Accountant)
CC 31755

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

Santa Casa da Misericórdia de Aveiro

NIF: 500 852 073

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2017

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe						Valores apresentados em Euros €		
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	1	1 222 349,48	-	789 601,61	975 303,49	-	1 460 833,15	1 391 454,09	(139 797,87)	5 698 743,95
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Primeira adopção de novo referencial contabilístico										
Alterações de políticas contabilísticas										
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										
Realização do excedente de revalorização										
Excedentes de revalorização										
Ajustamentos por impostos diferidos										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7.				(139 797,87)				139 797,87	-
	2	-	-	-	(139 797,87)	-	-	-	139 797,87	-
	3								(79 114,23)	(79 114,23)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO									60 683,64	(79 114,23)
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3									
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO										
Fundos										
Subsídios, doações e legados	7.							12 190,19		12 190,19
Outras operações										
	5	-	-	-	-	-	-	12 190,19	-	12 190,19
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2017	1+2+3+4	1 222 349,48	-	789 601,61	835 505,62	-	1 460 833,15	1 403 644,28	(79 114,23)	5 632 819,91

A Mesa Administrativa

*Assinado
pelo
Presidente
da
Santa Casa da Misericórdia de Aveiro*

O Contabilista Certificado

*Assinado
pelo
Contabilista Certificado*

Contribuinte n.º 500 852 073
Email: scma.geral@scmaveiro.pt
Site: www.scmaveiro.pt

Santa Casa da Misericórdia de Aveiro

NIF: 500 852 073

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2018

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade-mãe							Valores apresentados em Euros €		
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	1	1 222 349,48	-	789 601,61	835 505,62	-	1 460 833,15	1 403 644,28	(79 114,23)	5 632 819,91	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização do excedente de revalorização											
Excedentes de revalorização											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7.	-	-	-	(79 114,23)	-	-	-	79 114,23	-	
	2	-	-	-	(79 114,23)	-	-	-	79 114,23	-	
	3										
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO											
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3										
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos											
Subsídios, doações e legados	7.							(12 523,21)		(12 523,21)	
Outras operações											
	5	-	-	-	-	-	-	(12 523,21)	-	(12 523,21)	
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2018	1+2+3+4	1 222 349,48	-	789 601,61	756 391,39	-	1 460 833,15	1 391 121,07	(110 059,83)	5 510 236,87	

O Contabilista Certificado

Amândio Almeida CC 31755

Contribuinte n.º 500 852 073
Email: scma.geral@scmaveiro.pt
Site: www.scmaveiro.pt

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Santa Casa da Misericórdia de Aveiro

NIF: 500 852 073

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2018

Valores apresentados em Euros €

RÚBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Act. Operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		1 880 739,97	1 880 587,40
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		-5 265,49	-4 206,35
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-1 146 523,47	-1 177 577,15
Pagamentos ao pessoal		-2 498 085,06	-2 392 277,85
Caixa gerada pelas operações:		-1 769 134,05	-1 693 473,95
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		-12,36	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		1 621 154,65	1 784 538,70
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1):		-147 991,76	91 064,75
Act. Investimento			
Pagamentos			
Activos fixos tangíveis		-567 681,16	-228 638,09
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		-1 500,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Recebimentos			
Activos fixos tangíveis		2 250,00	36 905,75
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		1 890,91	951,00
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		14 697,29	465,64
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2):		-550 342,96	-190 315,70
Act. Financiamento			
Recebimentos			
Financiamentos obtidos		1 510 415,27	547 500,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos			
Financiamentos obtidos		-970 753,59	-452 423,23
Juros e gastos similares		-44 742,21	-38 429,83
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3):		494 919,47	56 646,94
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-203 415,25	-42 604,01
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		587 251,27	629 855,28
Caixa e seus equivalentes no fim do período		383 836,02	587 251,27

A Mesa Administrativa

O Contabilista Certificado

[Assinatura]

[Assinatura]
CE 31455

[Assinatura]
Patricia Sáncos

ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

NOTA 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1. Designação da entidade: Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro

1.2. Sede: Rua de Coimbra nº 27 – 3810-086 AVEIRO

1.3. Natureza da atividade: Irmandade da Misericórdia

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, doravante abreviadamente designada por Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, constituída em 1498, inscrita na Direção Geral da Segurança Social em 04 de Abril de 1986 no Livro 2 das Irmandades da Misericórdia, fls. 42 sob o nº 004/86, com sede na Rua de Coimbra nº 27, 3810-086 AVEIRO, e que se dedica à atividade de apoio social nas áreas da infância e juventude, família e comunidade e terceira idade.

A Instituição dispõe de uma página na internet com o seguinte endereço www.scmaveiro.pt na qual são apresentadas informações relativas às respostas sociais e atividades desenvolvidas e na qual são disponibilizadas as presentes demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras apresentadas reportam à atividade total da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro à data de 31 de Dezembro de 2018 e estão expressas em Euros arredondadas ao cêntimo.

NOTA 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, alterado pela Lei n.º 66 -B/2012, de 31 de dezembro, pelo Decreto-

Lei n.º 64/2013, de 13 de maio e pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 02 de junho, o qual que integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho alterado pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 36 -A/2011, de 9 de março, e pelas Leis n.ºs 66-B/2012, de 31 de dezembro, e 83 -C/2013, de 31 de dezembro, e por último pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 02 de junho.

O SNC-ESNL é regulado pelos seguintes diplomas:

- Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho (Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo: NCRF-ESNL);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas específico para as Entidades do Setor Não Lucrativo: CC-ESNL);
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de demonstrações financeiras aplicáveis às entidades do setor não lucrativo).

Sem prejuízo da aplicação da NCRF-ESNL em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sempre que esta norma não responda a aspetos particulares que se coloquem à Instituição em matéria de contabilização ou relato financeiro de transações ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a Instituição recorre, tendo em vista tão-somente a superação dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada:

- às Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho e subsequentes alterações,
- às Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, e
- às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações (SIC e IFRIC).

NOTA 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOTADAS

Nas presentes demonstrações financeiras, preparadas a partir dos registos contabilísticos da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, foram considerados as seguintes bases de preparação:

▪ Continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Instituição durante um período de pelo menos, mas sem limitação, doze meses a partir da data do balanço.

▪ Regime da periodização económica (acréscimo)

Os itens são reconhecidos como ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e critérios de reconhecimento.

Os rendimentos e os gastos são reconhecidos à medida que são respetivamente gerados ou incorridos, independentemente do momento da respetiva receita/recebimento ou despesa/pagamento.

As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas na rubrica de «Outras contas a receber», em «Devedores por acréscimos de rendimento». Por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas na rubrica de «Outras contas a pagar», em «Credores por acréscimos de gastos».

As quantias dos rendimentos e dos gastos que, apesar de já ter ocorrido a respetiva receita/recebimento ou despesa/pagamento, devam ser reconhecidos nos períodos seguintes, são reconhecidos na rubrica de «Diferimentos», em «Rendimentos a reconhecer» ou «Gastos a reconhecer», respetivamente.

▪ Consistência de apresentação

Os critérios de apresentação e de classificação de itens nas demonstrações financeiras são mantidos de um período para outro, a menos que

- (i) seja perceptível, após uma alteração significativa na natureza das operações, que outra apresentação ou classificação é mais apropriada, tendo em consideração os critérios para a seleção e aplicação de políticas contabilísticas contidas na NCRF ESNL, ou
- (ii) a NCRF-ESNL estabeleça uma alteração na apresentação, e em todo o caso
- (iii) a apresentação alterada proporcione informação fiável e mais relevante das demonstrações financeiras e
- (iv) se for provável que a estrutura de apresentação revista continue de modo a que a comparabilidade não seja prejudicada.

▪ Materialidade e agregação:

Aplicar o conceito de materialidade significa que um requisito de apresentação específico contido na NCRF-ESNL não necessita de ser satisfeito se a informação não for material, sendo que a Santa Casa não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das presentes demonstrações financeiras.

Quanto à agregação, cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras em harmonia com a informação mínima que consta dos modelos de demonstrações financeiras aprovados para as ESNL.

▪ **Compensação**

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo e nenhum gasto foi compensado por qualquer rendimento.

Não se consideram compensações

- (i) a mensuração de ativos líquidos de deduções de valorização, por exemplo, deduções de obsolescência nos inventários e deduções de dívidas duvidosas nas contas a receber,
- (ii) a dedução da quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume obtidos ou concedidos,
- (iii) a dedução ao produto da alienação de ativos não correntes da quantia escriturada do ativo e dos gastos de venda relacionados, e
- (iv) a compensação dos dispêndios relacionados com uma provisão previamente reconhecida para o efeito.

▪ **Comparabilidade**

Sempre que a apresentação e a classificação de itens das demonstrações financeiras são emendadas, as quantias comparativas são reclassificadas, a menos que tal seja impraticável, pelo que as políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados na preparação das quantias das demonstrações financeiras apresentadas para o período de relato são comparáveis com os utilizados na preparação das quantias comparativas apresentadas.

Na preparação das presentes demonstrações financeiras não foram excecionalmente derogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL tendo em vista a necessidade de as mesmas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro.

▪ **Ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for

provável que benefícios económicos futuros atribuíveis ao ativo fluam para a Entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

Os ativos intangíveis são classificados em dois tipos:

- Ativo intangível com vida útil finita – é estimado um horizonte temporal de consumo de benefícios económicos do ativo, pelo que é amortizado por esse período (vida útil finita)
- Ativo intangível com vida indefinida – não é determinada uma data-limite para o consumo de benefícios económicos futuros, pelo que se procede à amortização do ativo, num período máximo de 10 anos.

A quantia depreciável de um ativo intangível com uma vida útil finita é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil, tal como o previsto para os ativos fixos tangíveis. A amortização deve cessar na data em que o ativo for desreconhecido.

Para determinar se um ativo intangível está com imparidade, uma entidade aplica a NCRF 12 - Imparidade de Ativos.

▪ Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos é mensurado pelo seu custo qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas ou pelo modelo da revalorização, após o reconhecimento como um ativo, um item do ativo fixo tangível cujo justo valor possa ser determinado fiavelmente deve ser mensurado por uma quantia revalorizada, que é o seu justo valor à data da revalorização menos qualquer depreciação acumulada subsequente e perdas por imparidade acumuladas subsequentes.

Nos casos em que existam diferenças significativas entre a quantia escriturada segundo o modelo do custo e o justo valor dos ativos, uma entidade poderá alternativamente utilizar o modelo de revalorização como sua política contabilística e deve aplicar essa política a uma classe inteira de ativos fixos tangíveis

Na Entidade existem bens do ativo fixo tangível atribuídos a título gratuito em que o custo pode ser desconhecido. Neste caso, os bens são mensurados ao justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na sua contabilidade. A quantia assim apurada corresponderá ao custo considerado para efeitos da mensuração no reconhecimento.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Entidade nos bens de património histórico, artístico e cultural não são objeto de depreciação.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil foram calculadas usando as taxas máximas definidas pela tabela do Decreto Regulamentar, nº 2/90, de 12 de Janeiro e Decreto Regulamentar nº 25/2009 de 14 de Setembro

Os ativos fixos tangíveis em curso representam imobilizado ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração dos resultados nas rubricas Outros rendimentos e ganhos ou Outros gastos e perdas.

▪ Custos de empréstimos obtidos

Os custos de empréstimos obtidos incluem:

- a) Juros de descobertos bancários e de empréstimos obtidos a curto e longo prazos;
- b) Encargos financeiros com respeito a locações financeiras reconhecidas de acordo com o capítulo 9 - Locações; e
- c) Diferenças de câmbio provenientes de empréstimos obtidos em moeda estrangeira até ao ponto em que sejam vistos como um ajustamento do custo dos juros.

A entidade capitaliza os custos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica, como parte do custo desse ativo, quando seja provável que deles resultarão benefícios para o desenvolvimento de atividades futuras da entidade e tais custos possam ser fiavelmente mensurados.

A entidade reconhece outros custos de empréstimos obtidos como um gasto, no período em que sejam incorridos.

Considera-se que um ativo se qualifica quando leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda.

Até ao ponto em que sejam pedidos fundos emprestados especificamente com o fim de obter um ativo que se qualifica, a quantia dos custos de empréstimos obtidos elegível para capitalização nesse ativo deve ser determinada como os custos reais dos empréstimos obtidos incorridos nesse empréstimo durante o período menos qualquer rendimento de investimento temporário desses empréstimos.

Na medida em que os fundos sejam pedidos de uma forma geral e usados com o fim de obter um ativo que se qualifica, a quantia de custos de empréstimos obtidos elegíveis para capitalização deve ser determinada pela aplicação de uma taxa de capitalização aos dispêndios respeitantes a esse ativo. A taxa de capitalização deve ser a média ponderada dos custos de empréstimos obtidos aplicável aos empréstimos contraídos pela entidade que estejam em circulação no período, que não sejam empréstimos contraídos especificamente com o fim de obter um ativo que se qualifica. A quantia dos custos de empréstimos obtidos capitalizados durante um período não deve exceder a quantia dos custos de empréstimos obtidos incorridos durante o período.

A capitalização dos custos dos empréstimos obtidos deve cessar quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas.

Quando a construção de um ativo que se qualifica for concluída por partes e cada parte estiver em condições de ser usada enquanto a construção continua noutras partes, a capitalização dos custos de empréstimos obtidos deve cessar quando todas as atividades necessárias para preparar essa parte para o seu pretendido uso ou venda estejam concluídas.

■ Inventários

Os inventários são mensurados pelo custo ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.

A Entidade pode deter inventários cujo contributo para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade ou os serviços potenciais que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade da Entidade gerar fluxos de caixa. Este tipo de inventários pode existir, por exemplo, quando a Entidade distribui certas mercadorias sem contrapartida. Nestes casos, os contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade ou os serviços potenciais dos inventários são refletidos através da quantia que a entidade teria de pagar para comprar inventários equivalentes. Nestes casos a entidade mensura esses inventários pelo custo histórico ou custo corrente, dos dois o mais baixo.

O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atuais.

Os custos de compra de inventários incluem o preço de compra, direitos de importação e outros impostos (que não sejam os subsequentemente recuperáveis das entidades fiscais pela entidade) e custos de transporte, manuseamento e outros custos diretamente atribuíveis à aquisição de bens, de materiais e de serviços. Os descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes devem ser deduzidos na determinação dos custos de compra.

▪ **Rédito**

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, a qual, em geral, é determinada por acordo entre a entidade e o comprador ou utente do ativo, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos pela entidade.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- a) A entidade tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- b) A entidade não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- c) A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- d) Seja provável que os contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras de entidade e associados com a transação fluam para a entidade; e
- e) Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

Quando o desfecho de uma transação que envolva a prestação de serviços possa ser fiavelmente estimado, o rédito associado com a transação deve ser reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço.

O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- a) A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- b) Seja provável que os contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade associados à transação fluam para a entidade;
- c) A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e

d) Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

Quando os serviços sejam desempenhados por um número indeterminado de atos durante um período específico de tempo, o rédito é reconhecido numa base de linha reta durante o período específico a menos que haja evidência de que um outro método represente melhor a fase de acabamento. Quando um ato específico seja muito mais significativo do que quaisquer outros atos, o reconhecimento do rédito é adiado até que o ato significativo seja executado.

Quando o desfecho da transação que envolva a prestação de serviços não possa ser estimado com fiabilidade, o rédito somente deve ser reconhecido na medida em que sejam recuperáveis os gastos reconhecidos.

São consideradas prestação de serviços as quotizações próprias de cada setor.

O rédito proveniente do uso por terceiros de ativos da entidade que produzam juros, royalties e dividendos deve ser reconhecido nas bases estabelecidas, quando:

- a) Seja provável que os contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade associados com a transação fluam para a entidade; e
- b) A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada.

O rédito deve ser reconhecido nas seguintes bases:

- a) Os juros devem ser reconhecidos utilizando o regime do acréscimo;
- b) Os royalties devem ser reconhecidos segundo o regime do acréscimo de acordo com a substância do acordo relevante; e
- c) Os dividendos devem ser reconhecidos quando for estabelecido o direito do acionista receber o pagamento.

▪ Imparidade de ativos

À data do Balanço é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidades das quais resulte, nomeadamente, um impacto adverso decorrente de eventos ou alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os activos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Sempre que a quantia escriturada do activo for superior à sua quantia recuperável, deve ser reconhecida uma perda por imparidade, registada de imediato na Demonstração dos resultados na rubrica de Perdas por imparidade.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na Demonstração dos resultados, na rubrica de Reversões de perdas por imparidade, e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

▪ **Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente, legal ou construtiva, como resultado de um acontecimento passado, Seja provável que um exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade será necessário para liquidar a obrigação; e possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

O uso de estimativas é uma parte essencial da preparação de demonstrações financeiras e não prejudica a sua fiabilidade. Isto é especialmente verdade no caso de provisões, que pela sua natureza são mais incertas do que a maior parte de outros elementos do balanço. Uma entidade pode, normalmente, fazer uma estimativa da obrigação que seja suficientemente fiável para usar ao reconhecer uma provisão. Quando tal não seja possível, existe um passivo que não pode ser reconhecido, sendo divulgado como um passivo contingente.

A entidade não deve reconhecer um passivo contingente, um passivo contingente é divulgado, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade.

A entidade não deve reconhecer um ativo contingente. Um ativo contingente é divulgado quando for provável um influxo de contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade sem, contudo, dar indicação enganosa da probabilidade de surgirem rendimentos. Porém, quando a realização de rendimentos esteja virtualmente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é apropriado.

A quantia reconhecida como uma provisão deve ser a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

▪ **Subsídios e outros apoios das entidades públicas**

Os subsídios, incluindo subsídios não monetários, só devem ser reconhecidos após existir segurança de que:

- a) A entidade cumprirá as condições a eles associadas; e
- b) Os subsídios serão recebidos.

Um empréstimo perdoável (incluindo os subsídios a fundo perdido) é tratado como um subsídio quando haja segurança razoável de que a entidade satisfará as condições de perdão do empréstimo.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis devem ser inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciáveis, são mantidos nos fundos patrimoniais, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade. Consideram-se subsídios não reembolsáveis quando exista um acordo individualizado de concessão do subsídio a favor da entidade, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, incluindo os subsídios não monetários, devem ser apresentados no balanço como componente do Fundo Patrimonial, e imputados como rendimentos na proporção das depreciações/amortizações efetuadas em cada período.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos.

Um subsídio pode tornar-se recebível por uma entidade como compensação por gastos incorridos num período anterior. Um tal subsídio é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível, com a divulgação necessária para assegurar que o seu efeito seja claramente compreendido.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração de um dado período imputam-se como rendimentos desse período, salvo se se destinarem a financiar deficits de exploração de períodos futuros, caso em que se imputam aos referidos exercícios. Estes subsídios devem ser apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados

▪ Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Clientes, Fornecedores, Contas a Receber, Contas a Pagar e Empréstimos Bancários.

A entidade utiliza o método de custo menos a perda por imparidade.

Instrumentos Financeiros

São mensurados ao justo valor, reconhecendo-se as variações deste por contrapartida de resultados do período. Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo financeiro ou passivo financeiro, desde que este seja mensurado ao custo menos perda por imparidade.

A entidade avalia a imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a entidade deve reconhecer uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

Um ativo financeiro ou um grupo de ativos está em imparidade inclui dados observáveis que chamem a atenção ao detentor do ativo, designadamente sobre os seguintes eventos de perda:

- a) Significativa dificuldade financeira do emitente ou devedor;
- b) Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- c) O credor, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que o credor de outro modo não consideraria;
- d) Seja provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira; ou
- e) O desaparecimento de um mercado ativo para o ativo financeiro devido a dificuldades financeiras do devedor;

Se, num período subsequente, a quantia de perda por imparidade diminuir a entidade deve reverter a imparidade anteriormente reconhecida. Da reversão não poderá resultar uma quantia escriturada do ativo financeiro que exceda aquilo que seria o custo do referido ativo, caso a perda por imparidade não tivesse sido anteriormente reconhecida.

A entidade reconhece a quantia da reversão na demonstração de resultados.

Os activos financeiros e passivos financeiros são classificados como detidos para negociação se forem principalmente adquiridos ou assumidos com a finalidade de venda ou de recompra num prazo muito próximo, ou se fizerem parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que sejam geridos em conjunto e para os quais exista evidência de terem sido recentemente proporcionados lucros reais. Estes activos e passivos são valorizados ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na Demonstração dos resultados.

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no Passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

▪ **Benefícios dos empregados**

A Entidade atribui os seguintes benefícios aos empregados:

1 - Benefícios de curto prazo, tais como salários, ordenados e contribuições para a segurança social, licença anual paga e licença por doença paga e benefícios não monetários (tais como cuidados médicos, alojamento, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados) relativos aos empregados correntes;

2 - Benefícios de cessação de emprego: Os benefícios de cessação de emprego não proporcionam a uma entidade futura contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade e são reconhecidos como um gasto imediatamente.

Para além dos benefícios a curto prazo e dos benefícios de cessação de emprego, podem ser proporcionados outros benefícios aos empregados, tais como:

- a) Benefícios pós-emprego (pensões, seguros de vida, entre outros); e
- b) Outros benefícios a longo prazo dos empregados (licença sabática, jubileu, entre outros).

▪ **Acontecimentos após a data do balanço**

Os acontecimentos após a data do balanço são aqueles acontecimentos, favoráveis e desfavoráveis, que ocorram entre a data do balanço e a data em que as demonstrações financeiras forem autorizadas para emissão, pelo órgão de gestão. Podem ser identificados dois tipos de acontecimentos:

- a) Aqueles que proporcionem prova de condições que existiam à data do balanço (acontecimentos após a data do balanço que dão lugar a ajustamentos); e
- b) Aqueles que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (acontecimentos após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos).

Incluem-se aqui os acontecimentos que ocorram após o anúncio público de resultados ou de outra informação financeira selecionada.

A data de autorização para emissão das demonstrações financeiras é a data a partir da qual as demonstrações financeiras aprovadas pelo órgão de gestão se disponibilizam para conhecimento de terceiros ou, se aplicável, dum conselho de supervisão (constituído unicamente por não-executivos).

NOTA 4. INVESTIMENTOS FINANCEIROS, ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS

4.1. – Critérios de Mensuração

Ver nota 3 – Ativos Fixos Tangíveis, Ativos Intangíveis e Instrumentos Financeiros.

4.2. – Método de Amortização e Depreciação

O método de depreciação utilizado para os ativos fixos tangíveis foi o método da linha reta.

4.3. – Vidas úteis e taxas de depreciação usadas

As depreciações dos ativos fixos tangíveis foram calculadas usando as taxas máximas definidas pela tabela do Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro e Decreto Regulamentar n.º 25/2009 de 14 de Setembro.

4.4. – Divulgação dos movimentos ocorridos no período nas rubricas de Investimentos Financeiros, Ativos Fixos Tangíveis e Ativos Intangíveis.

Apresentamos de seguida o mapa das quantias escrituradas e movimentos do período:

Rubricas	Saldo inicial	Regulariz.	Aumentos	Alienações	Transf. e abates	Saldo final
Investimentos Financeiros						
Outros investimentos financeiros	10 090,46	0,00	6 345,34	1 891,76	0,00	14 544,04
Perdas Por Imparidade Acumuladas	-234,44	0,00	0,00	0,00	0,00	-234,44
Outros investimentos financeiros	234,44	0,00	0,00	0,00	0,00	234,44
Quantias líquidas escrituradas	9 856,02	0,00	6 345,34	1 891,76	0,00	14 309,60
Propriedades de Investimento						
Edifícios e outras construções	601 021,05	0,00	0,00	0,00	0,00	601 021,05
Depreciações Acumuladas	-207 288,93	0,00	-11 958,86	0,00	0,00	-219 247,79
Edifícios e out.construções	207 288,93	0,00	11 958,86	0,00	0,00	219 247,79
Quantias líquidas escrituradas	393 732,12	0,00	-11 958,86	0,00	0,00	381 773,26
Ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	1 020 751,94	0,00	0,00	0,00	0,00	1 020 751,94
Edifícios e out.construções	6 799 509,10	0,00	53 195,46	0,00	0,00	6 852 704,56
Equipamento básico	1 121 574,41	0,00	16 435,86	0,00	441,65	1 137 568,62
Equipamento de transporte	168 520,10	0,00	12 136,58	46 230,58	1 900,00	132 526,10
Equipamento administrativo	369 629,74	0,00	3 632,70	0,00	18 499,31	354 763,13
Outros ativos fixos tangíveis	260 620,26	0,00	0,00	0,00	0,00	260 620,26
Depreciações Acumuladas	-3 696 314,67	0,00	-208 283,67	-46 230,58	-20 840,96	-3 837 526,80
Edifícios e out.construções	2 117 112,09	0,00	151 911,57	0,00	0,00	2 269 023,66
Equipamento básico	947 857,95	0,00	42 012,35	0,00	441,65	989 428,65
Equipamento de transporte	153 968,57	0,00	8 529,57	46 230,58	1 900,00	114 367,56
Equipamento administrativo	351 492,45	0,00	5 688,73	0,00	18 499,31	338 681,87
Outros ativos fixos tangíveis	125 883,61	0,00	141,45	0,00	0,00	126 025,06
Quantias líquidas escrituradas	6 044 290,88	0,00	-122 883,07	0,00	0,00	5 921 407,81
Ativos intangíveis						
Outros Ativos Intangíveis						
Programas de computador	40 436,80	0,00	0,00	0,00	0,00	40 436,80
Depreciações Acumuladas	-40 131,04	0,00	-215,78	0,00	0,00	-40 346,82
Outros Ativos Intangíveis	40 131,04	0,00	215,78	0,00	0,00	40 346,82
Quantias líquidas escrituradas	305,76	0,00	-215,78	0,00	0,00	89,98
Investimentos em Curso						
Ativos fixos tangíveis						
Edifícios e out.construções	557 892,29	0,00	737 030,90	0,00	52 471,60	1 242 451,59
Quantias líquidas escrituradas	557 892,29	0,00	737 030,90	0,00	52 471,60	1 242 451,59

Decomposição dos investimentos financeiros	2018
Investimentos noutras empresas	1 500,00
Participações de Capital - NORGARANTE	1 500,00
Outros Investimentos Financeiros	12 809,60
Fundos	
FCT - Fundo de Compensação do Trabalho	9 573,46
FRSS - Fundo de Reestruturação do Sector Solidário	3 200,23
Outros	
Obrigações - Consolidado 3% 1942	35,91
	14 309,60

Os Investimentos Financeiros identificados no quadro acima estão mensurados ao custo.

4.5. – Divulgação sobre restrições, garantias e compromissos

Foram constituídas, pela Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, para garantia do financiamento da Obra Social Irmãos Rangel hipotecas voluntárias sobre os seguintes imóveis:

- Artigo Matricial Urbano nº 3644, descrito na Conservatória do Registo Predial de AVEIRO sob o registo nº: 2085, autorizada pela Assembleia Geral Extraordinária 26 de setembro de 2013, com valor líquido contabilístico de 288.131,78 €;

- Artigo Matricial Urbano nº 849, descrito na Conservatória do Registo Predial de AVEIRO sob o registo nº: 2263, autorizada pela Assembleia Geral Extraordinária 26 de março de 2014, com valor líquido contabilístico de 760.000,00 €;

NOTA 5. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

A quantia de custos de empréstimos obtidos capitalizada durante o período é de 11.601,10 €, referente ao financiamento da Obra Social Irmãos Rangel (ver nota 3).

NOTA 6. SUBSÍDIOS DO ESTADO E OUTROS APOIOS

A Santa Casa da Misericórdia de Aveiro é beneficiária de subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos e relacionados com rendimentos.

Foi reconhecido no período findo a 31 de Dezembro de 2015, um subsídio não reembolsável relacionado com ativo, do Programa Operacional Regional do Centro 2007-2013 – QREN – Regulamento Específico Energia, no montante de 425.000,00 €, tendo sido imputado ao presente resultado do exercício a parte diretamente relacionada com o custo (depreciações do exercício).

Foi no ano a que reportam as demonstrações financeiras recebido um subsídio, do Município de Aveiro, no âmbito do Protocolo de Cooperação Financeira para Apoio ao Investimento no Domínio da Ação Social, no montante de 30.000,00 euros.

Os subsídios relacionados com rendimentos foram reconhecidos na conta 75 – Subsídios, doações e legados à exploração e encontram-se discriminados no quadro que se segue:

<i>Subsídios, doações e legados à exploração</i>	2018	2017
Instituto Segurança Social	1 664 876,97	1 632 384,22
Terceira Idade	854 827,35	824 139,56
Infância e Juventude	593 753,48	551 262,18
Família e Comunidade	179 378,64	176 727,48
PEA - Programa de Emergência Alimentar - Cantinas Sociais	36 917,50	80 255,00
I.E.F.P. - Instituto do Emprego e Formação Profissional	35 045,10	54 486,48
Empresa de Inserção	1 000,68	2 318,19
Estágios Profissionais	34 044,42	52 168,29
Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade	31 200,00	33 600,00
Família e Comunidade	31 200,00	33 600,00
POISE - Programa Operacional INCLUSÃO SOCIAL e EMPREGO	26 245,95	39 050,03
Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS) - Contribuição FSE	22 309,06	31 519,71
Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS) - Contribuição OE	3 936,89	7 530,32
Câmara Municipal de Aveiro	0,00	5 000,00
Apoio à Atividade Regular no Domínio da Ação Social	0,00	5 000,00
Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas	1 850,30	0,00
POAPMC	1 850,30	0,00
Doações e Heranças	5 289,03	67 243,39
Donativos	5 289,03	67 243,39
	1 764 507,35	1 831 764,12

NOTA 7. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

O quadro que se segue apresenta as alterações ocorridas no período nos fundos patrimoniais.

Período findo em 31 de dezembro de 2017

Rubricas	Saldo inicial	Diminuições	Aumentos	Transferência/ Regularizações	Saldo final
Fundos					
Fundo Social	1 222 349,48	0,00	0,00	0,00	1 222 349,48
Reservas					
Reservas Estatutárias	789 601,61	0,00	0,00	0,00	789 601,61
Resultados Transitados					
De Exercícios Anteriores	975 303,49	139 797,87	0,00	0,00	835 505,62
Excedentes de Revalorização de Ativos					
Outros Excedentes	1 460 833,15	0,00	0,00	0,00	1 460 833,15
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais					
Subsídios	443 731,28	42 523,21	0,00	0,00	401 208,07
Doações	947 722,81	0,00	55 830,00	-1 116,60	1 002 436,21
Resultado Líquido do Exercício	-139 797,87	-139 797,87	-79 114,23	0,00	-79 114,23
	5 699 743,95	42 523,21	-23 284,23	-1 116,60	5 632 819,91

Período findo em 31 de dezembro de 2018

Rubricas	Saldo inicial	Diminuições	Aumentos	Transferência/ Regularizações	Saldo final
Fundos					
Fundo Social	1 222 349,48	0,00	0,00	0,00	1 222 349,48
Reservas					
Reservas Estatutárias	789 601,61	0,00	0,00	0,00	789 601,61
Resultados Transitados					
De Exercícios Anteriores	835 505,62	79 114,23	0,00	0,00	756 391,39
Excedentes de Revalorização de Ativos					
Outros Excedentes	1 460 833,15	0,00	0,00	0,00	1 460 833,15
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais					
Subsídios	401 208,07	42 523,21	30 000,00	0,00	388 684,86
Doações	1 002 436,21	0,00	0,00	0,00	1 002 436,21
Resultado Líquido do Exercício	-79 114,23	-79 114,23	-110 059,83	0,00	-110 059,83
	5 632 819,91	42 523,21	-80 059,83	0,00	5 510 236,87

As variações nos fundos patrimoniais são referentes à distribuição de resultados do exercício anterior, a atribuição do subsídio pelo Município de Aveiro e ajustamentos referentes à imputação de subsídios no resultado do exercício (proporcional às depreciações do exercício).

NOTA 8. DESAGREGAÇÃO DE RUBRICAS DO BALANÇO

Entendemos relevante desagregar algumas rubricas do Balanço de forma a proporcionar informação adicional que não está apresentada na face do mesmo, mas que é relevante para uma melhor compreensão de qualquer uma delas.

8.1. – Caixa e Depósitos Bancários

Caixa e Depósitos Bancários	2018	2017
Caixa	10 436,60	6 431,89
Depósitos à Ordem	241 903,02	43 305,67
Depósitos a Prazo	131 496,40	537 513,71
	383 836,02	587 251,27

8.2. – Financiamentos Obtidos

Financiamentos Obtidos	2018	2017
Empréstimos Bancários - Passivo Corrente	846 107,39	595 000,00
Empréstimos Bancários - Passivo Não Corrente	1 149 781,19	766 630,51
	1 995 888,58	1 361 630,51

Os financiamentos correntes dizem a respeito a contas correntes caucionadas e mútuos a liquidar em 2019.

8.2.1. – Montepio Geral - Linha de Crédito de Apoio à Economia Social

Mapa de Serviço de Dívida					
Ano	Juros	Capital	Cap. Div. Ini	Cap.Div. Fim	Fluxo
2019	8 222,87 €	31 107,39 €	324 956,00 €	293 848,61 €	39 330,26 €
2020	7 389,70 €	31 941,13 €	293 848,61 €	261 907,48 €	39 330,83 €
2021	6 534,21 €	32 796,62 €	261 907,48 €	229 110,86 €	39 330,83 €
2022	5 655,81 €	33 675,02 €	229 110,86 €	195 435,84 €	39 330,83 €
2023	4 753,89 €	34 576,95 €	195 435,84 €	160 858,89 €	39 330,84 €
2024	3 827,80 €	35 503,03 €	160 858,89 €	125 355,86 €	39 330,83 €
2025	2 876,92 €	36 453,92 €	125 355,86 €	88 901,94 €	39 330,84 €
2026	1 900,56 €	37 430,27 €	88 901,94 €	51 471,67 €	39 330,83 €
2027	898,06 €	38 432,78 €	51 471,67 €	13 038,89 €	39 330,84 €
2028	71,95 €	13 038,89 €	13 038,89 €	0,00 €	13 110,84 €

8.2.2. – Caixa Geral de Depósito – JESSICA

Empréstimo contraído para a construção da Obra Social Irmãos Rangel, no montante de 780.932,58 euros ainda em período de carência no ano de 2019.

8.2.3. – Banco Santander – Crédito Médio Prazo

Mapa de Serviço de Dívida					
Ano	Juros	Capital	Cap. Div. Ini	Cap.Div. Fim	Fluxo
2019	1 659,63 €	50 000,00 €	125 000,00 €	75 000,00 €	51 659,63 €
2020	891,01 €	50 000,00 €	75 000,00 €	25 000,00 €	50 891,01 €
2021	149,40 €	25 000,00 €	25 000,00 €	0,00 €	25 149,40 €

8.3. – Créditos a receber

Créditos a Receber	2018	2017
Clientes		
Clientes e Utentes C/C	95 546,66	91 818,35
Clientes e Utentes Cobrança Duvidosa	77 113,01	55 720,25
Adiantamentos de Clientes	-1 428,88	0,00
Perdas Por Imparidade	-77 113,01	-55 720,25
Pessoal	375,83	0,00
Devedores por Acrescimos de Rendimentos		
Comparticipação IEFP - Estágios Profissionais	0,00	-151,97
Comparticipação ISS, IP - Complemento Dependência 2º Grau	4 333,29	5 170,50
Comparticipação ISS, IP - Vagas Cativas	5 126,22	6 542,91
Outros Devedores	116 906,10	53 064,50
	220 859,22	156 444,29

8.4. – Outros passivos correntes

Outros passivos correntes	2018	2017
Fornecedores de Investimentos	53 682,41	67 489,96
Credores por Acrescimos de Gastos		
Remunerações a Liquidar	287 966,54	322 693,28
Juros a Liquidar	2 685,45	5 560,22
Fornecimentos e Serviços Externos	8 321,70	24 662,13
Gastos a Liquidar CIA	214 371,41	228 065,54
Despesas em Nome e Por Conta de Terceiros	8 331,06	5 957,17
Outros Credores	10 076,09	42 053,65
	585 434,66	696 481,95

8.5. – Diferimentos

Diferimentos	2018	2017
Gastos a Reconhecer		
Fornecimentos e Serviços Externos	24 424,50	22 194,26
	24 424,50	22 194,26
Rendimentos a Reconhecer		
IEFP	5 260,13	0,00
Rendas	4 300,00	0,00
	9 560,13	0,00

8.6. – Estado e outros entes públicos

Estado e outros entes públicos	2018	2017
Ativo corrente		
IVA - Reembolsos pedidos	90 884,63	55 791,22
	90 884,63	55 791,22
Passivo Corrente		
IRS - Retenções	19 383,19	16 006,26
IVA a pagar	17 534,37	31,36
Contribuições para a Segurança Social	84 165,06	81 772,88
Outras tributações	456,71	405,86
	121 539,33	98 216,36

A instituição tem a sua situação tributária regularizada perante a Autoridade Tributária e Aduaneira e situação contributiva regularizada perante a Segurança Social.

8.7. – Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros

Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros	2018	2017
Quotas	107 299,00	88 482,98
Perdas Por Imparidade	-23 123,84	0,00
	84 175,16	88 482,98

8.8. – Fornecedores

Fornecedores	2018	2017
Fornecedores c/c	145 704,90	138 169,98
	145 704,90	138 169,98

NOTA 9. DESAGREGAÇÃO DE RUBRICAS DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Entendemos relevante desagregar algumas rubricas da Demonstração dos Resultados de forma a proporcionar informação adicional que não está apresentada na face da mesma, mas que é relevante para uma melhor compreensão de qualquer uma delas.

9.1. – Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo

CMVMC	2018	2017
Existências iniciais	8 884,25	8 237,02
Compras	314 552,17	327 997,65
Existências finais	1 716,43	8 884,25
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	321 719,99	327 350,42

Mercadorias

CMVMC	2018	2017
Existências iniciais	2 193,37	1 902,50
Compras	23 670,49	21 723,93
Regularizações de Inventários	0,00	0,00
Existências finais	2 436,27	2 193,37
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	23 427,59	21 433,06

9.2. – Fornecimentos e Serviços Externos

Fornecimentos e Serviços Externos	2018	2017
Serviços Especializados	405 091,07	405 630,99
Trabalhos especializados	129 673,82	145 150,94
Publicidade e propaganda	800,31	259,62
Vigilância e segurança	81 032,40	77 882,70
Honorário	143 716,34	122 279,09
Conservação e reparação	38 317,25	38 720,04
Gestão e despesas de condomínio	4 192,17	7 964,37
Outros	7 358,78	7 224,23
Materiais	27 845,81	39 000,62
Energia e Fluidos	166 744,67	168 426,56
Deslocações, Estadas e Transportes	3 201,82	2 462,18
Serviços Diversos	87 979,58	93 846,81
Rendas e alugueres	8 212,75	9 889,55
Comunicações	9 656,70	8 929,76
Seguros	18 915,35	17 986,60
Contencioso e notariado	177,02	390,70
Limpeza, higiene e conforto	49 101,22	54 439,03
Outros serviços	1 916,54	2 211,17
	690 862,95	709 367,16

9.3. – Gastos com Pessoal

Gastos com Pessoal	2018	2017
Remunerações do Pessoal	1 946 311,52	1 933 947,65
Indemnizações	7 359,11	7 179,39
Encargos Sobre Remunerações	424 755,21	422 587,43
Seguros de Acidentes de Trabalho	51 582,59	44 498,55
Gastos de Acção Social	48 985,87	46 955,10
Outros Gastos com o Pessoal	116 093,93	95 397,72
	2 595 088,23	2 550 565,84
Número Médio de Funcionários	199	204

9.4. – Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)

Imparidades	2018	2017
Clientes e utentes	22 192,76	55 720,25
Irmãos	23 123,84	0,00
	45 316,60	55 720,25
Reversões de Imparidades	2018	2017
Clientes e utentes	800,00	0,00
	800,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	44 516,60	55 720,25

O motivo da criação das presentes imparidades é a mora.

9.5. – Outros Gastos

Outros Gastos	2018	2017
Impostos	1 582,24	840,29
Outros		
Donativos	0,00	500,00
Quotizações	1 140,00	1 200,00
Outros não especificados	1 179,41	665,03
	3 901,65	3 205,32

9.6. – Juros e gastos similares suportados

Juros e gastos similares suportados	2018	2017
Juros suportados	30 441,40	31 466,19
Outros gastos de financiamento	375,07	891,48
	30 816,47	32 357,67

9.7. – Juros e rendimentos similares obtidos

Juros e rendimentos similares obtidos	2018	2017
Juros obtidos	9 847,59	465,64
Outros rendimentos similares	17,32	31,85
	9 864,91	497,49

9.8. – Vendas e serviços prestados

Vendas e serviços prestados	2018	2017
Vendas	36 317,60	39 541,00
Prestações de serviços		
Comparticipações de Utentes e Familiares	1 482 269,38	1 470 005,43
Quotizações e jóias	31 825,48	16 728,86
Serviços secundários	201 263,87	186 807,96
	1 751 676,33	1 713 083,25

9.9. – Trabalhos para a própria entidade

Trabalhos para a própria entidade	2018	2017
Ativos fixos tangíveis	28 237,75	30 953,49
	28 237,75	30 953,49

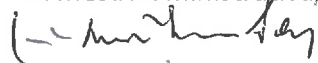
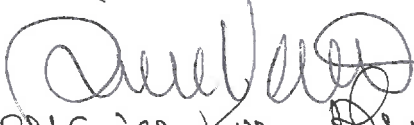
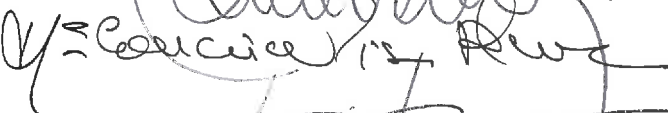

9.10. – Outros rendimentos

Outros rendimentos	2018	2017
Rendimentos suplementares	32 648,64	29 755,20
Descontos de pronto pagamento obtidos	1 395,24	1 324,48
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	154 000,75	176 020,63
Outros	78 400,99	50 503,51
	266 445,62	257 603,82

NOTA 10. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

No período subsequente ao encerramento das contas não ocorreram factos que devam repercutir nas demonstrações financeiras mencionadas no presente relatório.

A Mesa Administrativa:





André da Silva Lourenço
Patrícia Sampaio
M. L. L. L.

O Contabilista Certificado


CC 31755

Santa Casa da Misericórdia de Aveiro

Demonstração Resultados por Naturezas - Sede

Rúbricas	2018								
	Igrejas e Capelas	Núcleo Museológico	Rendimentos Patrimoniais	RSI	HABILITAR	Projetos/ Outros	Casa do Serral	Solar de Sarrazola	Total Sede
Vendas e serviços prestados	5 121,87	385,09	0,00	1 107,53	3 817,50	0,00	0,00	0,00	10 431,99
Subsídios, doações e legados à exploração	0,00	0,00	0,00	81 077,04	60,00	28 096,25	0,00	0,00	109 233,29
Variação nos inventários da produção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28 237,75	0,00	0,00	28 237,75
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0,00	-550,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-550,79
Fornecimentos e serviços externos	-10 672,28	-5 247,11	-8 182,64	-7 904,29	-4 162,99	-8 815,62	-2 257,25	-784,70	-48 026,88
Gastos com o pessoal	-18 811,48	-30 191,68	0,00	-86 199,77	-14 777,38	-48 029,27	0,00	0,00	-198 009,58
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)	-175,74	-279,80	0,00	-804,71	-1 395,00	0,00	0,00	0,00	-2 655,25
Aumentos/reduções de justo valor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos	1 133,18	130,11	154 032,55	166,62	0,00	0,00	0,00	0,00	155 462,46
Outros gastos	-16,47	-26,23	-48,09	-75,43	0,00	-201,58	0,00	0,00	-367,80
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-23 420,92	-35 780,41	145 801,82	-12 633,01	-16 457,87	-712,47	-2 257,25	-784,70	53 755,19
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-298,21	-445,37	-11 958,86	-682,51	-916,34	0,00	-928,25	0,00	-15 229,54
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)	-23 719,13	-36 225,78	133 842,96	-13 315,52	-17 374,21	-712,47	-3 185,50	-784,70	38 525,65
Juros e rendimentos similares obtidos	74,96	119,35	0,00	343,25	0,00	0,00	0,00	0,00	537,56
Juros e gastos similares suportados	-231,35	-368,34	0,00	-1 059,36	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 659,05
Resultado antes de impostos	-23 875,52	-36 474,77	133 842,96	-14 031,63	-17 374,21	-712,47	-3 185,50	-784,70	37 404,16
Imposto sobre o rendimento do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	-23 875,52	-36 474,77	133 842,96	-14 031,63	-17 374,21	-712,47	-3 185,50	-784,70	37 404,16

Santa Casa da Misericórdia de Aveiro

Demonstração Resultados por Naturezas - Complexo Social da Moita

2018									
Rubricas	LAR	Centro de Dia	Serviço de Apoio Domiciliário	Núcleo Alzheimer	UMFR	Empresa de Inserção	Casa Abrigo	Programa Emergência Alimentar	Total Complexo Social
Vendas e serviços prestados	1 065 969,06	67 651,53	108 620,60	0,00	173 682,64	0,00	1 053,42	1 204,92	1 418 182,17
Subsídios, doações e legados à exploração	640 162,33	41 639,19	203 199,60	0,00	43,74	1 000,68	129 501,60	37 146,53	1 052 693,67
Variação nos inventários da produção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-202 422,28	-17 081,31	-25 679,40	0,00	-491,26	0,00	-12 570,94	-21 410,29	-279 655,48
Fornecimentos e serviços externos	-376 969,78	-46 048,16	-33 619,75	-171,61	-49 709,92	-1 494,42	-29 676,07	-13 430,41	-551 120,12
Gastos com o pessoal	-1 200 304,62	-99 848,05	-235 607,52	0,00	-131 426,85	-669,06	-84 615,34	-7 688,92	-1 760 160,36
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)	-28 445,14	-913,39	-2 509,64	0,00	-1 791,19	0,00	-765,40	-674,38	-35 099,14
Aumentos/reduções de justo valor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos	66 943,72	2 351,07	9 080,00	0,00	2 981,10	0,00	2 059,70	14,81	82 430,40
Outros gastos	-1 969,91	-85,63	-200,28	-36,25	-611,86	0,00	-71,76	-6,70	-2 982,39
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-38 036,62	-52 334,75	23 283,61	-207,86	-7 323,60	-1 162,80	4 915,21	-4 844,44	-75 711,25
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-152 448,24	-8 793,37	-15 277,08	0,00	-13 555,14	0,00	-7 525,65	-10,23	-197 609,71
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)	-190 484,86	-61 128,12	8 006,53	-207,86	-20 878,74	-1 162,80	-2 610,44	-4 854,67	-273 320,96
Juros e rendimentos similares obtidos	4 651,07	389,61	911,39	0,00	508,96	0,00	326,49	30,55	6 818,07
Juros e gastos similares suportados	-14 350,11	-1 202,44	-2 812,80	0,00	-1 570,78	0,00	-1 007,61	-94,38	-21 038,12
Resultado antes de impostos	-200 183,90	-61 940,95	6 105,12	-207,86	-21 940,56	-1 162,80	-3 291,56	-4 918,50	-287 541,01
Imposto sobre o rendimento do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	-200 183,90	-61 940,95	6 105,12	-207,86	-21 940,56	-1 162,80	-3 291,56	-4 918,50	-287 541,01

Santa Casa da Misericórdia de Aveiro

Demonstração Resultados por Naturezas - Casa da Cruz

Rúbricas	2018										Total Casa da Cruz
	Creche	EEPE									
Vendas e serviços prestados	84 788,77	68 208,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	152 996,86
Subsídios, doações e legados à exploração	159 058,23	98 950,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	258 008,55
Variação nos inventários da produção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-10 814,79	-10 168,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-20 983,50
Fornecimentos e serviços externos	-17 362,74	-22 493,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-39 856,41
Gastos com o pessoal	-204 772,19	-115 290,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-320 062,68
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)	-2 084,16	-1 155,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3 239,67
Aumentos/reduções de justo valor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos	384,93	216,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	601,82
Outros gastos	-174,28	-98,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-272,47
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	9 023,77	18 168,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27 192,50
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-3 441,67	-3 645,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-7 087,39
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)	5 582,10	14 523,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20 105,11
Juros e rendimentos similares obtidos	793,03	446,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 239,85
Juros e gastos similares suportados	-2 447,50	-1 379,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3 826,50
Resultado antes de impostos	3 927,63	13 590,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17 518,46
Imposto sobre o rendimento do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	3 927,63	13 590,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17 518,46

Santa Casa da Misericórdia de Aveiro

Demonstração Resultados por Naturezas - Centro Infantil de Aveiro

Rubricas	2018										Total Centro Infantil de Aveiro
	Creche	EEPE									
Vendas e serviços prestados	81 122,02	88 943,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	170 065,31
Subsídios, doações e legados à exploração	165 363,82	179 208,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	344 571,84
Varição nos inventários da produção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-16 687,02	-27 270,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-43 957,81
Fornecimentos e serviços externos	-22 458,64	-29 775,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-52 234,54
Gastos com o pessoal	-170 602,41	-146 253,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-316 855,61
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)	-1 600,17	-1 922,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3 522,54
Aumentos/reduções de justo valor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos	331,31	27 619,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27 950,94
Outros gastos	-150,02	-128,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-278,99
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	35 318,89	90 419,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	125 738,60
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-281,86	-249,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-531,67
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)	35 037,03	90 169,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	125 206,93
Juros e rendimentos similares obtidos	682,55	586,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 269,43
Juros e gastos similares suportados	-2 106,54	-1 811,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3 917,80
Resultado antes de impostos	33 613,04	88 945,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	122 555,56
Imposto sobre o rendimento do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	33 613,04	88 945,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	122 555,56

VOTO DE PESAR

A Mesa Administrativa expressa o seu profundo pesar pelos irmãos e utentes falecidos.

AGRADECIMENTOS

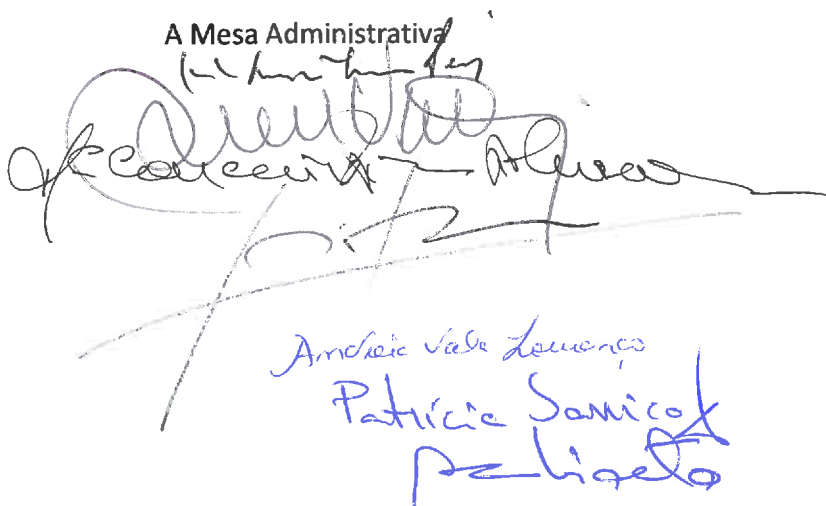
A Mesa Administrativa expressa os maiores agradecimentos:

- Aos utentes desta Santa Casa da Misericórdia, pela colaboração e compreensão que manifestaram, engrandecendo os serviços prestados;
- Aos funcionários, pelo empenho, dinamismo e humanismo que aplicaram no desempenho das suas funções;
- Aos Amigos da Misericórdia de Aveiro – Grupo AMA – pelo elevado serviço que prestaram a esta Santa Casa da Misericórdia, quer através do apoio direto aos utentes, quer através de iniciativas de angariação de fundos para a aquisição de materiais e equipamentos;
- A outros voluntários que, a título individual prestaram um importante apoio aos nossos utentes;
- Aos familiares dos utentes, como suporte da estrutura familiar que é necessário preservar;
- Aos restantes Corpos Sociais, pelo apoio sempre demonstrado;
- Aos Irmãos da Misericórdia, pelo estímulo que emprestaram;
- Às entidades oficiais que institucionalmente colaboram com esta Santa Casa da Misericórdia, nomeadamente, o Centro Distrital da Segurança Social, a Câmara Municipal, a União das Misericórdias, o Centro de Emprego, a Universidade de Aveiro, o Hospital Infante D. Pedro, entre tantos outros;
- A tantas outras, empresas e particulares que, através de donativos ou serviço voluntário, ajudaram a prestar o melhor serviço a quem mais necessita.

DELIBERAÇÃO DA MESA ADMINISTRATIVA

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas por unanimidade pela Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro e autorizada a sua emissão, em reunião de onze de março de dois mil e dezanove.

A Mesa Administrativa



André Vale Lourenço
Patrícia Samico
P. Higedo



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AVEIRO** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de **8.368.364,47 euros** e um total de fundos patrimoniais de **5.510.236,87 euros**, incluindo um resultado líquido negativo de **110.059,83 euros**), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma de Contabilística e Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades da mesa administrativa e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

A mesa administrativa é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com as Norma de Contabilística e Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis ;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades



O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pela mesa administrativa de acordo com a Norma de Contabilística e Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.
- concluimos sobre a apropriação do uso, pela mesa administrativa, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma de Contabilística e Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e



— comunicamos com a mesa administrativa, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

São João da Madeira, 26 de março de 2019

Ângelo Couto, C. Ribeiro & L. Carvalho, S.R.O.C.

Representada por:

**Ângelo Manuel Oliveira Couto, R.O.C. n.º 590
registrado na CMVM com o n.º 20160245**

Parecer do Conselho Fiscal
Relatório e Contas do Exercício de 2018 da
Santa Casa da Misericórdia de Aveiro

Introdução

Foram examinadas as demonstrações financeiras da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro relativas ao exercício económico de 2018 as quais compreendem:

- O Balanço e respectivo Anexo à data de 31 de Dezembro de 2018 evidenciando um activo líquido total de 8.368.364,47 euros (oito milhões trezentos e sessenta e oito mil trezentos e sessenta e quatro euros e quarenta e sete cêntimos) e um fundo de capital de 5.510.236,87 euros (cinco milhões quinhentos e dez mil duzentos e trinta e seis euros e oitenta e sete cêntimos), incluindo o resultado líquido negativo no valor de 110.059,83 euros (cento e dez mil cinquenta e nove euros e oitenta e três cêntimos);
- As demonstrações de resultados e o Relatório da Mesa Administrativa;
- A Certificação Legal de Contas.

Responsabilidades

É da responsabilidade da Mesa Administrativa a preparação das demonstrações financeiras que apresentam de forma verdadeira e apropriada a situação económica e financeira da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados.

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente, baseada no exame analítico daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

No desempenho das nossas funções, acompanhamos a evolução da actividade da Instituição, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido, quer da Mesa Administrativa quer dos Serviços Administrativos as informações e esclarecimentos solicitados.

Comentários

A Santa Casa da Misericórdia de Aveiro encerrou o exercício económico de 2018 com um resultado líquido negativo no valor de 110.059,83 euros (cento e dez mil cinquenta e nove euros e oitenta e três cêntimos).

Não pretendendo efetuar uma abordagem às contas da Santa Casa, uma vez que essa análise já foi publicada no Relatório e Contas, podemos no entanto referir que, comparativamente ao exercício económico de 2017 houve um aumento do prejuízo no montante de 30.945,60 euros (trinta mil novecentos e quarenta e cinco euros e sessenta cêntimos) o que traduz em termos operacionais numa diminuição

de resultados de 34.963,22 euros (trinta e quatro mil novecentos e sessenta e três euros e vinte e dois cêntimos).

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a situação económica e financeira da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro em 31 de Dezembro de 2018.

Assim, somos de parecer que a Mesa Administrativa poderá submeter à Assembleia-Geral, para apreciação e votação, os supracitados documentos de prestação de contas do exercício de 2018.

Nesta conformidade somos de parecer que:

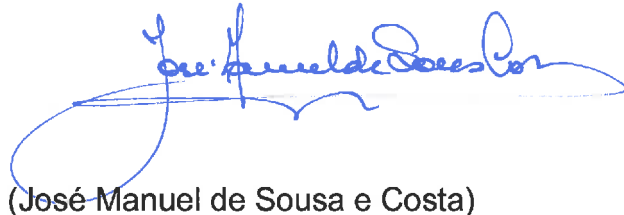
- a) Seja aprovado o Relatório e Contas de gerência apresentado;
- b) À Mesa seja conferido um voto de louvor pelo esforço e dedicação com que, apesar dos tempos críticos que ora atravessamos, vem gerindo e acompanhando a vida da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro.

Agradecimentos

Desejamos manifestar à Mesa Administrativa e aos Serviços Administrativos o nosso apreço por toda a colaboração prestada.

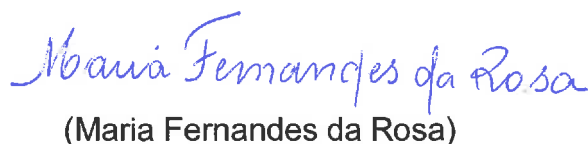
Aveiro, 25 de março de 2019

O Conselho Fiscal,



(José Manuel de Sousa e Costa)

(Maria Judite Martins da Silva)



(Maria Fernandes da Rosa)